



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 16 minutos.

Deu-se continuidade ao debate e apreciação conjuntos e aprovou-se na generalidade as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2024. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Trovoada), do Ministro do Plano e Finanças (Ginésio da Mata) e do Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais (Celso Vera Cruz), que responderam às questões, os Srs. Deputados Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Adllander Matos (MLSTP/PSD), José Maria Barros (MLSTP/PSD), Messias Pereira (ADI), Laudino

Jesus (ADI), Beatriz Azevedo (MCI-PS/PUN), Jozino Veiga (ADI), Ossáquio Riôa (ADI), Izilda Domingos (ADI), Lourenço Freitas (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Ekeneide Santos (ADI), Conceição Moreno (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Eláccio da Marta (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (BASTA), Itelmiza Pires (ADI), Wuando Castro (MLSTP/PSD) e Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD).

Produziram declarações os Líderes Parlamentares Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Danilo Neves (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI) e o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Trovoada).

A Sra. Presidente encerrou a sessão quando eram 13 horas e 30 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 16 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Ekeneide Lima dos Santos

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva Teixeira

Hélder Santana de Nascimento

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpétua Riôa

Pedro Jorge de Abreu e Carvalho

Salgueiro André da Silva Tiolo

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Adllander Costa de Matos

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Elákcio Afonso da Marta

Ester Tomé Will

Filomena Sebastião Santana Monteiro D' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires Quaresma

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de Barros

Osvaldo Eduardo João

Osvaldo Tavares dos Santos Vaz

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista – Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

Avelino Prazeres Conceição

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

Gustavo Pereira d' Assunção Neto

João Leonardo de Pina da Trindade **Batista**

Movimento BASTA (MB)

Daniel Ambrósio dos **Santos**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, todos que nos seguem, técnicos, bom dia.

Nós temos 42 Deputados na Sala, há quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Peço aos Serviços que conduzam os Srs. Ministros.

Pausa para a entrada do Governo.

Vamos continuar.

Saúdo o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional e todo o seu elenco governamental.

Estamos no quadro da discussão do OGE e das GOP, temos inscritos três Deputados, que vamos começar a chamar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Ilustres Deputados e Colegas, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Técnicos da Assembleia Nacional, todos os são-tomenses aqui e fora daqui, bom dia.

Eu realmente pedi para intervir, porque fiquei sem entender a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, quando disse que as obras não foram executadas, porque não tinham financiamento. Acho que foi isso. Isso deixou-me um pouco intrigado, porque nós sabemos que grande partes das obras que estão inscritas no Orçamento Geral do Estado, Sr. Ministro das Finanças, não têm financiamento. Então, não é um dado novo, é um dado que nós já sabemos. Portanto, isso quer dizer que o Sr. Ministro está a dizer-nos que muitas dessas obras que estão inscrita atualmente não serão executada.

Bom, de qualquer forma, eu quero lembrar a todos que as obras que estão no OGE foram aprovadas em 2022/2023, aqui na Assembleia Nacional. Então, parte-se do pressuposto de que elas devem ser executadas.

E mais ainda, as obras do Sul, concretamente Ribeira Peixe a Porta Alegre, tiveram um adiantamento inicial, embora saibamos que o adiantamento inicial não é condição *sine qua non* para a execução das obras. As empresas têm contractos, devem ser executadas. E mais ainda, quando assinam o contrato, têm a consciência, inclusive vem introduzido no dossiê do concurso, de que devem ter a capacidade de contrair créditos. Portanto, devem executar as obras.

O governo anterior, ao fazer um adiantamento, deu um sinal e fico com a impressão de que a execução que está lá não é correspondente ao adiantamento feito. Minimamente era o que deveria ter acontecido, mas não aconteceu. De qualquer, forma essas obras deveriam ser executadas. Não entendo por que é que elas não foram executas.

O Primeiro-Ministro, quando fez o orçamento do cidadão, disse inclusive que já tinha descortinado um envelope para a execução dessas obras, e não se assistiu à respectiva execução.

Bom, eu não sou do Sul, mas tenho que defender esses interesses, porque eu sei que nós estamos aqui também para fazer esse exercício.

Portanto, eu não entendo por que é que essas obras não foram executadas e gostaria de saber se agora, também não tendo financiamento, se essas obras não serão executadas. Porque se não forem executadas, mais vale provavelmente assumirmos já a retirada delas do Orçamento.

Bom, à semelhanças dessas obras, nós temos as de Lucumi. As obras de Lucumi estavam em curso, e ao que me parece não existe nenhuma factura por falta de pagamento. O que aconteceu em Lucumi provavelmente foi porque a empresa entrou em falência. Segundo a empresa, não são palavras minhas, são palavras da empresa, entrou em falência, porque o governo anterior ao governo do MLSTP/PSD pressionou-a de certa forma, que ela foi obrigada a entrar em falência, por causa dos custos.

Murmúrios do ADI.

Foram palavras da empresa.
De qualquer forma, ela entrou em falência e...

Uma voz do ADI: — Dois interesses.

Uma voz do ADI: — Sempre!

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): —... e as obras não foram executadas, quando se poderia ter encontrado uma outra solução para a execução das obras.

A verdade é que as obras do Lucumi estão lá, é um contrato que iniciou com o anterior governo e que merece naturalmente continuidade. A fase em que está é uma fase muito mais fácil, fase apenas de execução do pavimento, mas até agora não foram executadas, e gostaria de saber o porquê.

À semelhanças dessas obras, eu vi também no OGE muitas obras já acabadas, imagino que seja para recepção e pagamento.

Espanta-me não ter visto a obra da ponte do Aeroporto, porque esta obra foi inscrita no Orçamento passado, com cerca de 5 milhões de dobras, executada em cerca de 12 milhões dobras. E eu não percebi ainda que exercício foi feito para a execução final dessas obras, uma vez que elas não foram recepcionadas ainda. Eu fico com a impressão de que elas não foram recepcionadas ainda. Se não foram recepcionadas ainda, deviam estar inscritas no OGE, imagino. Porque se elas foram orçadas com menos financiamento e executadas com mais, então, provavelmente há algo que deve ser corrigido. Gostaria de saber do Sr. Ministro o que é esse algo.

À semelhança dessas obras que estão inscritas no OGE, há algumas obras como as obras de construção das pontes de Lembá e Brigoma, que ainda não percebi onde estão. De qualquer forma, para dizer o seguinte: ainda que estivessem no OGE, na parte de financiamento externo, elas deveriam ser, eu acho, separadas, porque são obras de emergência.

Eu quero perguntar, sinceramente, o que se passa com essas obras, porque essas obras têm um financiamento de 4.5 milhões de euros, nós sabemos disso, já desbloqueado há 2 anos, têm hoje tudo feito, têm todas as suas condições necessárias para o arranque das obras e não entendo por que é que essas obras não arrancaram ainda.

Eu acho que é preciso sabermos lidar um bocado com isto. Há alguma coisa que está a faltar. Esta alguma coisa o que é, Sr. Ministro? Eu espero que não seja incompetência,...

Murmúrios e risos do ADI.

... porque se assim for, é preciso fazer-se alguma coisa. Porque é inadmissível que o financiador resolva os nossos problemas, dá-nos dinheiro para executar as obras e nós não conseguimos executá-las. É deveras graves!

Bom, à semelhanças dessas obras, eu também quero referir-me às obras de requalificação da Marginal. Sabemos que essa requalificação tem um financiamento inicial de 25 milhões de euros, 12.5 milhões do Banco Europeu e 12.5 milhões do *Internacional Investment*, que é um grupo holandês. Desses 25 milhões, 3 milhões gastos, à volta disso, com estudos, assistência técnica estrangeira, naturalmente, o que quer dizer que sobram 22 milhões, à volta disso. E eu vi um contrato assinado com o empreiteiro, para a execução dessas obras em 25 milhões. Eu gostaria de perceber onde e como é que se vai fazer isto.

E mais ainda. O facto delas estarem inscritas como requalificação da Marginal, acho que se deveria mudar o nome, porque já não é requalificação da Marginal. Porque essas obras têm três lotes: o lote 1 que é de Bigode a Ckdo; lote 2, Ckdo ao Museu e lote 3, Museu a Pantufo. Mais ou menos isso.

Daquilo que eu percebi, o lote 1 não será feito. De Bigode a Ckdo não será feito. Por isso, gostaria de saber se elas foram retiradas dessas obras, como serão feitas ou se não serão feitas. Porque naturalmente que elas, estando inscritas, estando o financiador com disponibilidade para a sua execução, gostaria de saber qual é o exercício que foi feito para que elas sejam retiradas e não sejam feitas.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.
Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Emery Trovoada): — Obrigado e bom dia a todos.

O Deputado que me antecedeu quis intervir ontem, mas estávamos no fim do tempo e, se calhar, depois de 24 horas, esqueceu-se em que quadro queria intervir. Porque o Deputado teve a minha resposta, com base numa afirmação sua de que dos projectos, não havia nada de novo. O que é que eu respondi? Respondi que havia continuidade. Não é isso que o Deputado veio falar esta manhã.

Para essas obras, sim, há continuidade, porque não havia financiamento. Isso é que foi o centro do debate de ontem. O senhor disse que não há nada de novo, eu disse que evidentemente não há nada de novo, porque são obras que foram lançadas sem financiamento e temos que as financiar. Claro como isso! Sim senhor, deram 10,15%, mas não há financiamento. 80, 85, 90%, temos que arranjar o complemento. E é isso que vamos fazer durante este exercício.

Por isso, não vamos polemicar.

Acho que hoje colocou uma outra questão que não foi objecto da minha resposta ontem. Se é uma empresa que foi à falência, o senhor tem mais informação que nós.

Risos do ADI.

Eu só quero dizer o seguinte: essas obras também vão ser concluídas. Há empresas que estão em falência e nós sabemos, há empresas que não vão poder assumir as responsabilidades e vamos ter que lidar com isso.

Bom, eu não vou entrar naquilo que é debate na especialidade, mas os Ministros irão responder sobre o financiamento, o que se passa com as pontes, etc., etc. Estamos no quadro da generalidade e no quadro da generalidade também não há nada de novo. As obras da Marginal, os lotes, os montantes serão respondidos na especialidade, mas a verdade é o quê? A obra da Marginal foi assinada em 2017, estamos em 2024, e nós assumimos o poder em finais de 2022. Por isso também aí não há nada de novo. Essas obras finalmente vão arrancar no primeiro semestre de 2024. Mas 2017, Governo do ADI, finais de 2018 até 2022, Governo do MLSTP/PSD, e vamos arrancar as obras em 2024. Eu espero que desta vez de facto se consiga acabar essas obras.

Por conseguinte, o senhor avançou muitas coisas que serão objecto de esclarecimento e discussão na especialidade. Eu não quero entrar nisso agora, mas simplesmente dizer às populações que a nossa obrigação como Governo é acabar essas obras, encontrar financiamentos. No caso de Caué, sim, nós temos estado a trabalhar com financiamento, nomeadamente para a estrada e para o liceu de Caué, e as coisas estão em bom andamento. Quanto ao liceu que será transformado num liceu técnico-profissional para atender às necessidades de todo o País, eu acho que está inscrito o financiamento da Arábia Saudita, que é um financiamento que está mais do que certo.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.
Tem a palavra Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Caras e Caros Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros distintos, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Tendo em conta que é a primeira vez que tomo a palavra este ano, desejo a todos um bom ano e que todos nós tenhamos sucessos, independentemente dos constrangimentos e das dificuldades que nós vivemos no dia a dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, eu gostaria de dirigir ao Ministro das Finanças, para o dizer que nós os Deputados estamos aqui para aprender diariamente. Posso dizer que ninguém é dono do saber.

Falo isso porquê? Tendo em conta a sua atuação na Terça-feira e ontem. Se um deputado pede esclarecimento, tem que ser esclarecido. Se fazemos perguntas, temos que ter respostas devidamente dadas.

Falo isso, tendo em conta a situação também que acompanhei ainda ontem neste Plenário.

Fico satisfeita quando ouço, e é do Primeiro-Ministro, que estão a fazer o recenseamento na Administração Pública. Fico feliz, peço que façam esse recenseamento devidamente e que na realidade as necessidades dos sectores sejam adequadas às necessidades da população.

Há uma situação de injustiça com que nós convivemos em distintos ministério deste país. Não queria falar dessa situação cá, porquanto já tivemos um orçamento em meados de Maio ou Junho do ano passado, e temos agora o OGE de 2024. Embora não estejamos na especialidade, vendo para o pacote do Ministério da Saúde, eu gostaria de ter resposta do Ministro das Finanças. Quando fui ao Ministério da Saúde, nós tentamos fazer recenseamento sim. Também começamos a fazer esse exercício e foi através dos responsáveis dos serviços que nós começamos a colocar funcionários.

O Banco de Urgência de Hospital Central só tinha dois maqueiros por turno. Como é que funciona? Temos o bloco operatório, temos as enfermarias e temos a Maternidade. O mínimo teríamos que ter oito maqueiros. Colocamos lá, sim, algumas pessoas. Depois de termos colocado lá as pessoas é que apareceram mais funcionários que estavam lá e recebiam. Como é que recebiam, não sei e praticamente não estavam enquadrados. E nós começamos a tentar fazer esse serviço de enquadrar enfermeiros e médicos. Até os enfermeiros que diziam enfermeiros da COVID, que prestavam serviços à população e têm estado a prestar, começamos a fazer diligências para enquadrar.

Eu aqui noto injustiça, porquê? Há pessoas que estão a trabalhar 24 meses e não recebem nada, e há pessoas que integraram o Ministério há 4, 5 meses e têm salário.

Nós não podemos ter são-tomense de 1.^a, 2.^a, 3.^a. Não! O País é nosso, isso é um direito que nos assiste.

Um cidadão deve ter trabalho, deve ter um salário, seja privado, seja estatal. Portanto, essa situação tem que ser resolvida. Se alguém cair aqui, nós não vamos ver partido nenhum. Temos que ajudar pessoas seja de que partido for.

Portanto, eu trago essa preocupação, porque é lamentável pais e mães de família, mulheres, no Ministério de Saúde, que há quase 2 anos não recebem nada. E falam na praça pública, são os que entraram com a Doutora Filomena. Não! Eu não quero aqui abrir a boca, para dizer como é que estava o Ministério da Saúde, quanto ao problema de enquadramento das pessoas, os males encontrados.

Portanto, eu peço-vos, como cidadãos são-tomenses que querem na realidade a inclusão, que pensem nisso e resolvam essa questão.

Na semana passada, tivemos jornada científica e houve muitas lamentações, Sr. Primeiro-Ministro, falta de condições, de equipamentos, de medicamentos, falta de tudo. O que me preocupa é que nós também estávamos no Ministério, há um projecto de construção e requalificação do hospital, claro que sofreu alteração, à partida com o valor de 26 milhões, mas com as alterações feita 32 milhões. Temos aqui assinalado nas GOP, mas se vamos ver recursos para iniciar essa construção, nós não temos, não vi. Como eu disse, aprende-se todos os dias, pode ser que esteja num outro lado. Que o Ministro das Finanças possa responder.

Por outro lado, as mulheres de São Tomé e Príncipe não querem só dinheiro para o dia 8 de Março, dia 30 de Julho, dia 19 de Setembro. Claro que nós até nos congratulamos quando tiveram a iniciativa de ter um ministério para responder às questões da mulher, mas por fim agora cinge-se só a uma direcção, mas o que é alocado para a Direcção dos Direitos da Mulher é irrisório.

Por outro lado, ainda tocando no Ministério da Saúde, eu espero que o Ministro das Finanças tenha mais consciência e que saiba dividir esse bolo.

Congratulo-me com o aumento para o Sector da Educação, sim, mas ouvindo da percentagem que vai para os salários, o Ministério da Saúde, com 11%, mais que 50% vai para salários. O que fica para resolver os problemas de saúde que nós temos ao nível do País? Temos que ter consciência!

Alguém falou aqui ontem muito bem. Vamos diminuir recursos noutros sítios para afectar ao Sector da Saúde, para afectar a todas as áreas sociais. Temos que fazer isso, temos que ter essa consciência. Vamos continuar no mal?

O outro problema é a divisão global da fatia para os distritos. Distrito de Água Grande com 2% ou 3,5% da fatia global, Lobata com 2%, Mé-Zóchi com 2,5%. Quando é que vamos desenvolver este país? Está muito mal!

Se almejamos na realidade o desenvolvimento, então temos que saber enquadrar, porque todos nós somos são-tomenses, todos nós temos direitos. Desenvolve-se uma zona e outra zona fica.

Os Presidentes das Câmaras não conseguem fazer quase nada. O que é que fazem ali? Só limpar as ruas. O que mais fazem?

Espero que o Ministro das Finanças não me interprete mal, é a minha preocupação.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada.

Uma parte da sua intervenção, sim, foram questões gerais. Já na parte das percentagens, coisas mais detalhadas, certamente serão apreciadas no quadro da especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Técnicos da Assembleia Nacional, Técnicos da Comunicação Social e todos os são-tomenses que me escutam, no País e no estrangeiro, muito bom dia.

Aproveito para cumprimentar de forma especial os novos Ministro que integram agora o XVIII Governo, desejar-lhes também, à semelhança de outros colegas que me antecederam, sucessos, e que o vosso sucesso seja o sucesso de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, feliz em saber que efectivamente há uma continuidade do Estado e que grande parte da acções do anterior governo constam nas duas primeiras Propostas do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2023 e agora o Ano Económico de 2024. Isto para dizer que nem tudo estava mal, como se fazia parecer.

Sr. Primeiro-Ministro, vou centrar a minha intervenção no domínio da protecção social, um pouco o meu mar, mas a preocupação que trago, de tutela do Sr. Ministro do Trabalho e Solidariedade, tem a ver com cerca de 3 045 idosos do subsídio não conhecido e contínuo. Ou seja, estou a falar de idosos que, por parcelamento das ex-empresas agrícolas, não conseguiram ter os anos de contribuição necessários para beneficiar de uma reforma, ou aqueles idosos que nunca puderam contribuir para a sua própria reforma. Falo isso por coerência. Naquela altura, era Ministro da Presidência o Ministro Gareth, e eu defendi cá que eles teriam que receber, com o fim do PRESS, no mínimo, 480 dobras, mas em todo o ano de 2023 o Governo só atribuiu 320 dobras a cada um desses idosos. É muito pouco! Diria, 480 dobras por trimestre, porque o Governo, no ano passado, só atribuiu a esses idosos 320 dobras, em finais do mês de Novembro.

Agora, é verdade que há medida orçamental para atender a essa classe, mas a medida orçamental para atender a essa classe não seria de 320 dobras no ano. Vejo cá no Orçamento verbas ou rubricas para atender a esta classe e a questão que eu gostaria de saber do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro é: o quê de concreto o Governo está a propor para o ano 2024 para esse idosos? Falo de idosos, falo também de cerca de 4 000 pessoas com deficiências, que estavam a beneficiar de subsídio de emergência da COVID-19, 1 800 dobras a cada 2 meses, que com o fim deste programa, em finais de 2022, estão um pouco relegados à sua sorte. Então, gostaria de saber do Sr. Ministro o que o Governo pensa realmente fazer ou atribuir a esses idosos no Ano Económico de 2024.

Sr. Primeiro-Ministro, São Tomé e Príncipe, com o êxodo emigratório, particularmente para Portugal, vem vendo partir muitos quadros altamente competentes e muitos jovens. Só para dizer que eu não sou contra a emigração. Eu sou daqueles que entendem que cada cidadão tem a liberdade de se fixar onde quiser, construir a sua felicidade, tanto é que temos Deputados emigrantes, representantes dos círculos da diáspora. E aproveito para desejar boa sorte a todos os são-tomenses emigrantes. Como já dizia João Carlos Silva, «façam o favor de serem felizes».

Mas Sr. Primeiro-Ministro, se alguns decidiram emigrar, o País não pode parar. Nós que ficamos precisamos e temos a necessidade de dar resposta a essa fuga de quadros, muitos deles qualificados, em função dos desafios da infra-estruturação do País, em função da necessidade de serviço no domínio do turismo, agricultura, etc. Temos que encontrar soluções e, muitas vezes, imediatas, porque um mecânico não se forma em um dia, em 1 ano. Falo também de um bom mecânico. No mínimo, 10, 15 ou 20 anos. Todos nós que fazemos até pequenas obras temos dificuldades em ter um bom pedreiro, carpinteiro ou pintor disponível, porque ele está a terminar a obra do outro e eu tenho que esperar a minha vez.

Eu sei que através do Centro Profissional de Budo-Budo há acções de formação nesse sentido, mas a pergunta que eu coloco é, será que este plano de formação está ajustado com essa real necessidade urgentes de quadros capacitados? Esta é a pergunta que fica. Então, o desafio é, como é que o Governo pretende lidar com essa situação de mãos de obras qualificadas e de imediato?

São essas duas questões, muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Adllander Matos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria de Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Caros Colegas Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Funcionários da Assembleia Nacional, Srs. da Comunicação Social, bom dia.

Também, aproveito para desejar hoje boa sorte aos novos Ministros, que é uma tarefa árdua, mas desejo muito sucesso, muito particularmente ao Ministro da Presidência.

Uma voz do ADI: — Isso foi de coração mesmo?

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, ontem, na sua última intervenção, falou em umas das passagens, e falou muito bem, vou citar, assumir responsabilidades com a participação de todos, inclusão, subscrevo na integra. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, é necessário que transformemos essas palavras em acções. Sendo assim, o Sr. Primeiro-Ministro, na qualidade do Presidente do ADI, eu o desafio a ajudar a Assembleia na composição da Mesa da Assembleia...

Uma voz do ADI: — Está a procurar tacho, não é?

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Conselho de Estado, Conselho Superior de Imprensa, Conselho Magistratura, Conselho Judiciais e outros. Porque a democracia é feita com o poder e a oposição. O povo deu ao seu partido a maioria absoluta e deu à oposição também legitimidade para poder fiscalizar as acções do Governo.

Seguidamente, Sr. Primeiro-Ministro, o governo cessante assinou com a República Popular da China a construção de 200 casas sociais. Numa primeira fase, foram construídas 60 apartamentos sociais, sendo 36 em Lobata e 24 em Cantagalo.

Sr. Primeiro-Ministro, como sabe, o problema de habitação afecta principalmente os jovens, mas infelizmente, Sr. Primeiro-Ministro, nas Grandes Opções do Plano, no capítulo promoção da habitação social, encontro um conjunto de acções que vêm dignificar a Instituição, o Instituto de Habitação Imobiliária, mas não vejo plasmada a continuação deste projecto, tendo em conta que as restante 140 habitações, casas sociais, deviam ser construídas em todos os distritos, incluindo a Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que nos dissesse se, por ventura, este projecto encontra-se em uma das partes do Orçamento, porque nas Grandes Opções do Plano não consta.

A segunda questão que eu gostaria de levantar, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com o IVA. Nós sabemos que quem suporta o IVA é o consumidor final. É um processo novo, todos nós sabemos, temos que, paulatinamente, adaptar e fazer algumas alterações, e o Governo tem feito. Mas eu gostaria de levantar uma questão, Sr. Primeiro-Ministro. Neste momento, nas escolas e universidades privadas, os estudantes suportam o IVA. A formação é um direito que consta na nossa Constituição. Eu acredito que entre o custo e o benefício, Sr. Primeiro-Ministro, podíamos isentar essa camada, porque no fundo quem paga o IVA são os pais, é o consumidor final.

Eu gostaria, Sr. Primeiro-Ministro, que visse essa questão.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, ontem, eu comecei a falar sobre a questão das receitas, despesas e investimentos. Apenas queria contribuir e mostrar que com pouco podemos fazer muito. É uma questão de

gestão de prioridades. Por isso que eu dizia ontem que, em 2022, o governo de então tinha uma receita de 3.491.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e noventa um milhões de dobras, e conseguiu fazer um investimento de 1.395.000,00 (mil milhões e trezentos e noventa cinco milhões de dobras. E em 2023, tivemos no Governo do Sr. Primeiro-Ministro teve receitas totais de 3.969.000,00 (três mil milhões, novecentos e sessenta e nove milhões de dobras) e fez despesas de investimento de 1.773.000,00 (mil milhões, setecentos setenta e três). É apenas uma questão de oportunidade e como devemos aplicar os recursos.

Obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José Maria de Barros. Chamo para fazer uso da palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministro, Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, residente no País e na diáspora, e em particular na Região Autónoma do Príncipe, bom dia.

Aqui neste palco, várias vezes, o Deputado Levy tem dito que tem um sonho para São Tomé e Príncipe. Eu também tenho esse sonho patriota, também sonho São Tomé e Príncipe, mas dentro de tantas dificuldades a única coisa que me alegra é que eu sei que existe alguém, o Sr. Primeiro-Ministro, que vai em busca, vai atrás desse nosso sonho, vai atrás do sonho da população de São Tomé e Príncipe. Força, Sr. Primeiro-Ministro.

Eu não sei como é que o Governo vai lidar com a situação do Orçamento, como aqui dizemos sempre, que é um mero exercício, se há outros exercícios que outras pessoas fazem dentro desse exercício. Eu quero dizer que existe outro negócio dentro do negócio do Estado. Há outras pessoas da Função Pública que têm outro orçamento dentro do Orçamento Geral do Estado, porque quase que 50% do Orçamento Geral do Estado não chega à sua finalidade. Porquê? O destino dado a esses valores não é o destino inicialmente previsto, porque existe negócios dentro do negócio do Estado.

Eu deixo aqui apelo ao Governo para que preste muita atenção em como é que o dinheiro do Estado é distribuído, quem são as pessoas que estão incumbidas de fazer essa distribuição, porque eu acho que o maior problema que o Governo tem é dar destino final e destino próprio a esses valores.

Eu não sei como é que nós podemos resolver o problemas das divisas, quando aqui em São Tomé e Príncipe existe uma economia paralela. A maior parte das divisas não passa pelos bancos. O que é que nós vamos fazer para que não haja essa economia paralela? Todos nós sabemos que todas as divisas que entram no nosso país não passam pelo banco. É feito o câmbio na praça pública entre os lojistas, essas divisas não passam pelos bancos, então existe uma economia paralela.

No Aeroporto, nem sequer há uma casa de câmbio. Todos nós viajamos e quem já esteve em Portugal sabe que, para sairmos de Portugal, temos que passar por um centro comercial, temos que passar por um *shopping*. Porque eles querem que o visitante deixe até a última moeda lá no seu próprio país. Aqui, no Aeroporto, não temos nenhuma loja aberta para o turista poder deixar ficar o dinheiro. O dinheiro que sobra, eles levam de volta para os seus países. Nós não podemos fazer crescer uma economia, se não temos política, se não temos iniciativas de forma que o dinheiro fique aqui em São Tomé e Príncipe. Nós temos que vender. Ninguém pode distribuir riqueza, quando não produz riqueza. Por mais riqueza que o Sr. Primeiro-Ministro possa conseguir com os apoios, o senhor vai sempre atrás de apoios, mas se não incentivarmos a população são-tomense a produzir riqueza, nós não vamos conseguir dar um passo em frente.

Eu também quero aproveitar para me direccionar ao Ministro da Economia. Todas as iniciativas que têm havido aqui em São Tomé e Príncipe, ao incentivo, ao desenvolvimento e à produção local, nunca têm resultados positivos. Vou dar um exemplo. O último que houve, que foi da APCI, o que é que foi feito com todo esse dinheiro? As pessoas que receberam esse dinheiro, o que é que fizeram? Há uma monitorização desses valores? O que é que aconteceu? Vamos criar um outro projecto para dar mais dinheiro? Outro a seguir vai dar mais dinheiro? Quais são os resultados? O que é que aconteceu com isso tudo? O que é que se fez com todo esse dinheiro? Quais são as pessoas que receberam? As pessoas desenvolveram esses projectos? Porque há outras pessoas que também querem desenvolver outros projectos, mas vão ficar à espera de vir outro dinheiro?

Eram essas as questões, Sr. Primeiro-Ministro.

Disse que o FMI desejou-lhe boa sorte, eu também lhe desejo boa sorte e coragem, porque o senhor é uma pessoa de muita coragem.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Messias Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus.

O Sr. **Laudino Jesus** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, Técnicos da Assembleia Nacional, Técnicos da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, muito bom dia.

Sra. Presidente, peço a palavra nesta altura para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que estou a acompanhar atentamente esse exercício que estamos a fazer desde ontem, e na apresentação do OGE e das GOP, feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, foi tudo muito bem explicado, de forma clara e do seu estilo peculiar, explica sem complicar.

Sr. Primeiro-Ministro, pesa nos seus ombros, neste momento, o dever de gerir o País, e gerir o País pressupõe, no meu entender, espero também ser de todos, agir, tomar decisões, resolver imprevistos e, por vezes, tomar decisões difíceis. Mas como pesa nos seus ombros o dever de gerir o País, o senhor tem que tomar decisões, o senhor tem que agir, o senhor tem que resolver imprevistos que surgem.

Estamos a discutir o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano, e o Sr. Primeiro-Ministro disse que é um orçamento possível. A verdade é que todos nós gostaríamos de ter um orçamento bastante pomposo, um orçamento que tivesse tudo. Todos os outros que estiveram aqui neste púlpito desejavam que o Orçamento fosse muito mais ambicioso, mas há um provérbio de São Tomé que diz: *Kua ku ple ca da so ku fela ka bendê*. Portanto, o resultado da pesca é que chega ao mercado. Portanto, é este Orçamento que nós temos. É verdade que eu também gostaria de ter uma coisa muito mais pomposa, com tudo quanto é o nosso desejo, para que tivéssemos um *boom*, digamos assim, no desenvolvimento deste país, mas é um orçamento possível e é esse orçamento possível que o XVIII Governo tem para trabalhar e responder aos ensejos da população.

A muitas medidas foram tomadas, Sr. Primeiro-Ministro. Nós, enquanto Deputados, também demos alguns instrumentos legais para o Governo trabalhar.

Falou aqui também da redução das taxas ou impostos que recaem sobre os produtos da sexta básica, incluindo o gás butano. Sr. Primeiro-Ministro, se calhar, o que falta para que a população sinta realmente que essas medidas estão a ser tomadas é o acompanhamento. Porque nós sabemos que muitas dessas medidas são tomadas de forma a desanuiar o peso das populações, sobretudo das populações mais desfavorecidas, mas quando é a altura para se ver realmente essas medidas a reflectirem de forma positiva na vida da população, não se consegue ver, porque não há acompanhamento. Então, o meu apelo é que haja maior fiscalização, se potencialize ou dinamize todos os órgãos responsáveis, para acompanharem e fiscalizarem essas acções e medidas do Governo. Porque o Governo não pode estar no Gabinete e estar também nos centros comerciais, para ver tudo. Portanto, as medidas são tomadas a partir da cúpula e para que essas medidas tivessem um resultado positivo no impacto da vida da população, é preciso ter acompanhamento, para que sejam realmente aplicadas conforme o Governo preconiza.

No caso dos eixos de governação, Sr. Primeiro-Ministro, no terceiro eixo, que fala do reforço da administração, eu gostaria sinceramente que para esse reforço, dentre outras medidas, houvesse avaliação de desempenho, porque nós sabemos que mesmo que organizemos os trabalhos, muitas vezes há quem puxe para trás tudo quanto fazemos, para levar abaixo as medidas que se tomam. Portanto, avaliação de desempenho precisa-se, porque temos que premiar quem deve ser premiado. E a responsabilização também é um dos mecanismos que nós devemos adoptar, para que quem deve ser responsabilizado, se responsabilize e quem deve ser premiado, se premie.

Para terminar, o Sr. Primeiro-Ministro disse, não quero ser repetitivo, mas por ser uma frase que é preciso nós realçarmos, que aquando da sua negociação com o FMI, no fim, foi dito: «o senhor é corajoso, boa sorte». Eu diria: o senhor é corajoso, continue! O senhor tem que continuar, porque é muito corajoso. E eu vou destacar apenas situações em que constatei a sua bravura e a sua coragem, as questões da energia e do combustível.

Nós sabemos que se o senhor não fosse tão corajoso, durante a quadra festiva, se calhar não teríamos um bolo para comer, como acontecia nos tempos passados ou, se tivéssemos um bolo, comíamos «bolo de roda de bicicleta». Não sei se já ouviram falar de «bolo de roda de bicicleta». Quando se começa a fazer um

bolo e de repente se vai a energia, o bolo *reia*. Portanto, no final, acabamos por consumir um «bolo de roda de bicicleta». Portanto, essa sua bravura e coragem é que fizeram com que a população conseguisse, durante o final do ano, ter energia e até hoje temos uma energia estável. É isso que a população quer. É isso que a população espera do senhor, enquanto gestor, enquanto Chefe do Governo.

Aplausos do ADI.

Outros meandros que as pessoas pedem que sejam vistos, há outro palco para se ver. O senhor agiu, resolveu um problema pontual da população e é isso que a população espera de si, Sr. Primeiro-Ministro.

À semelhança disso, também a questão do abastecimento do combustível aquando da roptura total do stock do combustível no País. Portanto, não vou entrar em pormenores. São esses dois aspectos que gostaria de ressaltar, para voltar a dizer que o senhor é muito corajoso, continue!

Termino por aqui e caso, durante este debate, justificar a minha presença de novo neste púlpito, estarei cá para dar a minha contribuição.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Laudino de Jesus.

Estão inscritos mais cinco Deputados.

Informo ao Governo que assim que precisar reagir, que nos assinale.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a questão da Saúde, de facto a Deputada levantou uma questão de pessoas que estão a trabalhar sem receber. São actualmente 391 pessoas. Duzentas e poucas já estão há mais de 2 anos sem receber e as outras cento e qualquer coisa que foram acrescentadas estão a 8 meses, mais ou menos, sem receber. Por conseguinte, não é uma questão nova e tem-se que resolver.

Com o recenseamento que fizemos, vimos que com as pessoas que viajaram, as pessoas que de facto não existem, há abertura de vagas e, paulatinamente, estamos a resolver o problema dessas 391 pessoas.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Errou, são 210 pessoas.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — É uma questão que toca a todos os sectores da Administração Pública e haverá duas situações, a situação das pessoas que estavam a trabalhar sem receber e a situação também de abrir vagas para pessoas que estão em busca de emprego. Por isso, estamos convencidos de que com esse recenseamento, que já acabou, vamos agora ver a questão específica. No caso do Hospital, vamos ver quantos lugares foram libertos e pagar as pessoas, porque elas estão lá. Mas como digo, é uma situação que alastra há mais que 2 anos.

A questão que levantou, dos equipamentos, dos medicamentos, etc., é muito importante. Eu penso que não estamos tão mal assim. Agora, a Saúde é uma questão muito melindrosa, uma questão humana e de facto não pode ser vista só do ponto de vista estatístico, sem entrar nos detalhes. Qual é o maior problema que temos hoje? São os medicamentos compostos, os medicamentos eu diria mais de especialidade e há um esforço que está sendo feito agora, no sentido de nós darmos mais atenção a esses medicamentos compostos de especialidade. Porque na realidade, num país como o nosso, em que toda gente se conhece praticamente, quando acontece algo a alguém, há repercussão ao nível social, e o motivo é grande. O que tem acontecido muitas das vezes é que alguns medicamentos de especialidade têm faltados e temos que dar atenção a esses aspectos. Mas em termos de medicamentos de usos normais e gerais, tem havido. Há aspectos em que os distritos estão bem. Porquê? Porque pelo menos ao nível dos apoios não directamente com recursos próprios, mas dos parceiros, estão bem. Quer dizer que todos os distritos têm intervenção do Banco Mundial, do Fundo Global, do Instituto Vale Flor. Têm intervenção em termos de medicamentos, têm intervenção em termos também de melhoria das infra-estruturas. O que temos que melhorar é a gestão das unidades ao nível dos distritos. Isso é que temos que melhorar. Temos que pôr um pouco mais de controlo de gestão, porque ao nível da recuperação de custos, pode-se fazer melhor ainda ao nível dos distritos. Estamos a trabalhar neste sentido e trabalhar também no sentido de aliviar o hospital Ayres de Menezes, nomeadamente as urgências. Se tivermos melhor gestão ao nível dos distritos, nós iremos aliviar o Ayres de

Menezes e também teremos uma gestão diferente no Ayres de Menezes. Porque muita gente vai ao Hospital Ayres de Menezes sem ter necessidade de lá ir. Então, é uma problemática que está a ser vista e eu depois falarei de como é que podemos melhorar isso tudo.

Ontem falei do novo hospital com o *Koweit Fund*. Como sabe, assinamos, em 2016, 17 milhões passou, por aí a Covid, a inflacção, etc., hoje os custos vão até 32 milhões. Tendo um acordo de financiamento de 17 milhões, tínhamos que ir à procura do diferencial. Essa questão está a ser muito bem tratada e avançada, dentro de alguns dias poderemos talvez ter boas novas quanto ao complemento do financiamento.

Mas eu repito, o hospital novo não irá responder ao problema, se nós não melhorarmos o Sistema de Saúde, nomeadamente o atendimento ao nível distrital. É o maior problema.

Quanto ao Ministério dos Direitos da Mulher, existe. O problema de direitos da mulher é um problema transversal. Sim, o Ministério existe, mas a política de protecção da mulher é uma política transversal e existem fundos, nomeadamente dos nossos parceiros, que estão muito sensibilizados quanto à questão dos direitos da mulher. O direito da mulher tem a ver com violência doméstica, tem a ver com abuso sexual, tem a ver com empreendedorismo. Então, dentro da ventilação dos apoios, sabemos que a questão da mulher é transversal. Por isso, não olhemos só para a dotação do Ministério, mas temos que ver que os projectos vão atender às mulheres em diversos ministérios.

Quanto à política social, de facto o Deputado falou e não mentiu, porque este ano tivemos imensas dificuldades em atender a essa categoria, mas ao nível da Segurança Social foram implementadas políticas, estão em marcha, talvez depois o Ministro do Sector poderá complementar, no sentido de nós deixarmos de ter problemas em termos de anos de quotização. Foram reduzidos, acho de 10 para 5, mas ele poderá entrar um pouco mais em detalhe.

Quero dizer que é um problema e, do meu ponto de vista, podia ser mais bem atendido, se houvesse um pouco mais de sensibilidade. Porque o que faz falta também no nosso país é a sensibilidade, não só do Governo, mas das camadas intermédias de decisão. Como sabe, muitas vezes, com falta de recursos, é preciso fazer-se opções. Quando falamos de pagar, não é o Primeiro-Ministro e muitas vezes não é o Ministro das Finanças que faz o pagamento de montantes relativamente pequenos, mensalmente. É a um outro nível que se faz as opções. Quer dizer, está aí o pedido de pagamento, eu pago A, pago B ou pago C. Às vezes as pessoas têm que ter sensibilidade para dizer, eu tenho que pagar o prato quente, antes de pagar uma factura de uma pessoa que pode aguentar. Não é? Então, o nosso problema, muitas das vezes, quanto se fala de políticas públicas, e falaram aqui alguns Deputados do ADI sobre as políticas públicas e a sua execução, não é só o Ministro. Muitas vezes temos nas estruturas intermédias também pessoas que aplicam, com algum bom-senso e sensibilidade, as políticas públicas. Contudo, cabe também ao Governo sempre reapreciar a execução ou o efeito das políticas que toma. E aqui deixamos um alerta quanto a essa questão, porque de facto os nossos mais velhos têm direito. Eu diria que isso até é um pouco ridículo. Quatrocentas e poucas dobras por trimestre, é ridículo, mas é uma que o Ministro poderá dizer com detalhes o que estamos a fazer.

Agora, há alguns subsídios que têm que acabar. O subsídio da Covid-19 existiu, porque tivemos Covid-19. Não vamos pedir para termos de novo Covid-19, para continuarmos com o subsídio. Quer dizer, há aqui o problema de sustentabilidade de alguns apoios que temos. Quando isso acaba, acabou, não podemos fazer muito mais. O problema não é o subsídio, mas sim subsistência, autonomia e emprego. É isso tudo, para conseguirmos ultrapassar as situações de pobreza.

Quanto à emigração, estamos todos de acordo, ninguém está contra e, aliás, nós temos muita gente a sair de Portugal e há muitos portugueses a saírem também de Portugal para outros sítios. Então, temos que ver isso de uma maneira um pouco mais normal. Essa questão de fluxo migratório, qual é o problema fundamental? O problema fundamental que estamos a discutir com os nossos parceiros é o problema da qualificação. Estamos a perder pessoas qualificadas e precisamos de substituir essas pessoas que perdemos. O que é que estamos a fazer? Estamos a aumentar a formação profissional no País, estamos a pedir aos parceiros para aumentarem também a oferta de formações profissionais ao País. Discussões estão a ter lugar também, porque os parceiros têm os seus interesses, para que, naqueles empregos que eles precisam mais, então que formem mais aqui.

Agora, não é só isso. Por exemplo, temos o programa com Portugal que se chama «Mais Colabora, que é também ao nível superior, e recebemos cá assistência técnica para reforçar as capacidades dos nossos quadros aqui. Mas a fuga de cérebro que se referiu não é só uma fuga para o estrangeiro, há uma fuga interna de cérebros. Quer dizer o quê? Que há muitos projectos que temos cá no País e que vão buscar os

quadros nacionais que foram formados pelo Estado, que ganharam experiência a trabalhar no Estado e que depois saem para projectos de ONG, do Sistema das Nações Unidas e outros projectos aí. Então, esse também é um problema, porque enfraquece a nossa Administração.

E um dossier que estamos a abrir com os parceiros que é, como é que se quer que a Administração funcione, quando ela é dependente de projectos, etc., etc., quanto ao nível do sector público, dos ministérios, temos quadros desmotivados devido ao salário, etc., etc., e ao nível da cooperação temos quadros, enfim, em melhores condições, não quero dizer extraordinário. Isso cria problemas em termos de execução de projectos. Nós temos departamentos do Governo que já não têm quadros, porque todos os quadros estão nos projectos. O que é que acontece? Também não tem havido grandes resultados em termos de execução. E nós temos que rever esse problema. Então, não é só a fuga de quadros para fora, mas também a fuga de quadros que vão ao nível nacional para outros projectos, que têm enfraquecido o desempenho da própria Administração.

Isso tudo que foi abordado aqui tem uma solução que é a reforma de Administração Pública. Como foram levantadas aqui certas questões por Deputados da Bancada do ADI, a reforma é que vai permitir também um melhor controlo, melhor organização e isso é o primeiro passo. Controlo, organização e depois, evidentemente, avaliação. E isso poderá acontecer, e vai ser um cavalo de batalha da Ministra da Administração Pública, através também da informatização dos serviços.

A questão que foi levantada, em relação às universidades, que é a questão do IVA, pelo Deputado José Maria, há uma questão que é a opção. No meio de tantas dificuldades, a nossa opção é a universidade pública. A nossa opção é a escola pública. É verdade que todos são crianças, todos são jovens estudantes, mas temos que fazer opções. Então, sim, na Universidade de São Tomé estamos a controlar essa questão, não houve aumentos. Não posso claramente responder se pagam ou não pagam o IVA, mas o que sei é que ao nível das propinas nós controlamos o preço da universidade pública. Mas é uma opção, porque as políticas são feitas dessas opções. Não podendo atender a toda gente, temos que priorizar e, então, a universidade e escolas pública são as que o Governo sempre irá dar mais atenção.

Estamos a reforçar a universidade pública. Ainda essa manhã assinamos acordos com as Universidades Católica, de Aveiro e de Évora, exactamente para podermos reforçar a universidade pública. Essa é a nossa opção de política. Agora, evidentemente que quando tivermos a possibilidade de atender a universidades privadas, faremos.

Mas a primeira das prioridades também quanto às universidades privadas e a pública é a inspecção universitária. Temos a certeza também de que, quer na universidade pública quer nas privadas, há de facto uma qualidade de ensino.

Para responder à questão das casas, é verdade que tivemos com a China a construção de alguns apartamentos, mas me permita dizer, Sr. Deputado, que esses apartamentos não foram para o povo. Porque quando eu vejo a lista das pessoas, não podemos falar de habitação social.

Vejamos uma coisa: toda gente precisa de habitação, não é o problema, mas essas habitações a 30 000 dólares ou euros não são habitações sociais. Sejamos claros! Toda gente precisa. Quer quadros médios, quer quadros superiores, quer o povo. Então, nós deixamos de fazer essa opção. É verdade que o Instituto, em termos de capacidade institucional, está reforçado, mas é para fazer uma outra política, não para pedir à China para fazer apartamentos que ficamos aí a lutar para ver quem tem e quem não tem, e depois termos que fazer pressão para se fazer o primeiro pagamento. Quando se ameaçou retirar os apartamentos, em Setembro passado, é que toda gente foi dar um sinal. Bom, não é essa a nossa política. Nós estamos a dizer ao Instituto que tem que encontrar outras formas de promoção imobiliária para várias categorias de são-tomenses e também estamos a pedir uma reflexão sobre o tipo de habitação, porque tem implicações. Nós sabemos que tem implicações, nomeadamente porque tem riscos ambientais que é preciso ver e depois também eu volto a insistir, tem que fazer parte de uma visão de ordenamento territorial. Nós não podemos ter um país com 230 habitantes por quilometro quadrado, que é uma densidade muito alta ao nível africano, e não o organizar. Ora, esses 230, em média, se calhar são 400 em Água Grande e são 30 em Caué. Então, temos que organizar o País, temos que ter uma política e por isso é que reforçamos o Instituto de Habitação e deixamos de lado o projecto de construção de apartamentos com os chineses.

Por fim, muitas das questões que foram aqui levantadas da gestão, das estatísticas e mesmo a questão da economia paralela tem a ver com a modernização, a informatização ao nível do nosso país, quer do sistema financeiro quer da Administração e é uma grande preocupação do Governo e dos parceiros. O dinheiro também existe e há formas de negócios que nos vão permitir ultrapassar isso. Mais uma vez, o dinheiro existe. Se tomarmos o dinheiro que está em vários projectos espalhados por aí, o dinheiro existe. O

que não existe é visão e organização, para que se possa realmente avançar. STP Digital tem dinheiro, há dinheiro em vários projectos aqui, temos aqui vários *data centers*. O que é que acontece? Não funcionam. Então, temos que de novo organizar. E o que estamos a fazer? Há uma necessidade fundamental de informatização do País e essa informatização irá melhorar muitas coisas. Ao nível financeiro, como eu disse, muitos impostos matam impostos. Ao nível financeiro, tivemos a observar que mesmo os nossos emigrantes já não utilizam o banco para mandar dinheiro para o País. Porquê? Custos muito elevados. Então, estamos a resolver o problema, porque hoje com cerca de 80 000 emigrantes fora de São Tomé e Príncipe, importa termos circuitos, mas que não sejam muito onerosos, para que eles possam mandar dinheiro para as famílias. Se o circuito é muito oneroso, vai de outra maneira, e o Estado e o Banco Central não conseguem ter arrecadação de divisas que é o nosso maior problema. Isso tudo se resolve com a informatização. O pagamento do IVA vai-se resolver com a informatização. Transferência de dinheiro a custo competitivo para a Região Autónoma do Príncipe. Entre o Príncipe e São Tomé vai-se resolver com a informatização. Então, essas questões estão a ser encaradas pelo Governo.

Mas para um pouco mais de detalhe quanto à questão dos nossos mais velhos ao nível de Protecção Social, irei pedir ao Ministro para vir cá dar mais explicações.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças** (Ginésio da Mata): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pedi para vir contribuir com mais alguns esclarecimentos, porque fui citado pelo menos duas vezes.

Eu ia começar com a intervenção do Sr. Deputado Wuando Castro ontem, em que pediu para se esquecer o passado. Depois da intervenção que ouvi aqui hoje, sou obrigado a não concordar com essa proposta, na medida em que o passado é importante, porque é preciso ter memória e é importante não esquecermos o passado, porque o passado condiciona o nosso presente e impacta o nosso futuro. Estou sempre disponível para prestar esclarecimento.

Como disse a Sra. Deputada Filomena Monteiro, ninguém sabe tudo e aprendemos todos os dias. A questão de enquadramento que frisou, o número de indivíduos que há vários meses trabalham e não recebem, não é problema do Ministério das Finanças. Nesse momento em que vos falo, não existe no Ministério das Finanças, em nenhum dos seus serviços, nenhum processo relativamente a esses trezentos e tal indivíduos. Qual é o problema? É que para se enquadrar na Administração Pública há regras a serem observadas. Pela forma como foram introduzidos esses indivíduos na Administração, muitos deles nem sequer preenchem os requisitos que a lei determina, o mínimo.

E a par da inventariação, o recenseamento que se fez, também foi necessário produzir um decreto que permitisse a regularização desses indivíduos. Desde logo é um problema que não afecta apenas o Ministério da Saúde. Tivemos casos também no Ministério da Defesa, que é a questão de habilitação mínima, além do requisito do concurso público para o efeito. Portanto, o Governo, preocupado com a situação, teve que produzir um decreto que permitisse que nessas funções, estamos a falar do pessoal de serviços, servente, maqueiros e tal, fossem contractados em regime de tarefa ou avença, para desviar aquela imposição legal de habilitação mínima de 12.^a classe, que é o que a lei actual prevê.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — 9.^a classe.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Em alguns casos é o 12.^o ano. No regime geral é a 9.^a classe, mas no caso do serviço das Força de Defesa e Segurança estava 12.^a classe. Foram normas produzidas, mas que não tiveram em conta a situação socioprofissional do País, as habilitações. Nem sempre o indivíduo tem a habilitação necessária para ser enquadrado conforme esses requisitos que a lei prevê.

Para dizer que estamos a trabalhar nesse processo e esperamos tão breve quanto possível regularizar essas situações todas.

O Sr. Deputado Gabdulo, quando falou, na minha observação, parece que trouxe muita contrariedade. Uma obra que em 2018 já tinha sido adjudicada, passaram-se 4 anos e ela não teve nenhum avanço, não pode agora, em 2024, criticar o Governo pelo seu não avanço. Mas o que é que aconteceu? Portanto, não é passado, é memória...

Risos do MLSTP/PSD.

Eu faço parte do Governo agora.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — O senhor estava lá.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Não, não fui eu quem levantou a questão. Se nós falarmos concretamente das obras das pontes de Lembá, essa obra era emergência em 2022. É que a emergência também tem prazo e depois passa. Em 2022, era de facto emergência. E tinha financiamento disponível. Porque é que não foi executada a obra? Por isso é que quando nós investidos nas funções que temos, devemos falar com responsabilidade. Nós não podemos aproveitar da situação perante as câmaras, para passar ao público menos atento que por ventura o outro lado não está a fazer o que devia ter sido feito.

Aplausos do ADI.

Isto é bastante importante. Não vou aqui entrar em pormenor, porque o Sr. Deputado sabe perfeitamente das peripécias que esse processo das pontes teve e porque é que ela não foi de facto executada no tempo regulamentar que devia ter sido feita, atendendo à situação de emergência que o País se encontrava na altura.

São esses os esclarecimentos que eu gostaria de trazer aqui.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

O Sr. **Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais** (Celso Vera Cruz): — Sra. Presidente e a Mesa, Excelentíssimos Deputados e o Elenco do Governo, que já cumprimentei hoje: É só para esclarecer ao Deputado Adllander Matos que para a questão dos subsídios, não só dos idosos, o nosso Governo tem soluções. E o Sr. Deputado falou bem, para os trabalhadores das distintas roças, empresas agrícolas, na Segurança Social, já existe uma lei que permitia flexibilizar, para que o tempo mínimo de desconto fosse reduzido e que se fizesse um enquadramento. Então, nós baixamos de 10 para cinco e, nesse intervalo, as pessoas serão beneficiadas, e ao mesmo tempo, com a pensão que recebem, amortizam a dívida do diferencial. E isso foi feito desde Abril de 2023. Por isso, neste momento, são 200 pessoas abrangidas. É verdade que o número de idosos são três mil e tal e também temos que ter em conta que são idosos que não contribuíram. Também nessa matéria os governos anteriores podiam tê-lo feito, não o fizeram, e abrimos o desconto aos trabalhadores independente, a partir de Setembro.

Sr. Deputado, se tem estado atento à comunicação social, sabe que abrimos, com pompa e circunstancia, oportunidades a todo trabalhador independente. Motorista, *palaiês* e quem quiser pode mandar fazer os seus descontos, porque normalmente detetamos que no grupo dos 3 045 são pessoas que trabalharam, mas não descontaram. Então, estamos a abrir para solucionar para o futuro, numa óptica de sustentabilidade. Porque na óptica de assistencialismo já foi feito por muita gente.

Nós somos a solução e a solução tem que solucionar mesmo, ...

Aplausos do ADI.

...não é ficar a tapar as coisas com remendos.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Há quem descontou, mas o desconto não chegou ao Estado.

O Sr. **Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais**: — Está bem. Estamos a informatizar. Calma, Deputado Conceição Moreno! Calma! Eu assisto aos seus vídeos.

Neste momento, a Segurança Social está a sofrer os ajustes necessários. Estamos a organizar o que nos permite ter esse tipo de abertura, em que temos que olhar para o País como um todo e não só os que têm emprego por conta de outrem, mas também há muita gente que não tem emprego por conta de outrem e que faz no seu dia a dia o que pode garantir o seu futuro, não esperando a idade da reforma para vir

mendigar ao Estado, porque não é esse o serviço do Estado. O Estado tem a responsabilidade de informar e dar instrumentos ao próprio cidadão, dizendo-lhe que se não conseguir, por essa via, ter um emprego por conta de outrem, por sua conta própria também pode garantir a sua reforma. E isso é que está a ser feito. Bem, este ponto é importante. Quanto à questão do Centro de Formação Profissional, o Sr. Deputado falou e bem, nós estamos com uma nova dinâmica e o Centro tem estado a dialogar com o patronato, tem estado nas ruas a auscultar a população. Sobretudo em termos de autoempregos, se tiver atenção, no Facebook, na Comunicação Social, na Rádio e na TVS, o Centro de Formação Profissional tem passado *spots* publicitários e tem dado resposta. Está a criar ofertas formativas de acordo com a necessidade real do País, sobretudo aquelas classes profissionais que o Sr. Deputado aflorou e bem, que faz falta ao País, electricista, pedreiro, que têm saído. Estamos a criar ofertas formativas este ano neste sentido, e em articulação com o Ministério da Juventude, porque estamos a trabalhar em articulação e coordenação, para não deixar ninguém para trás. Estamos a trabalhar com o parceiro que é Portugal, o IFP, que o Sr. Deputado sabe perfeitamente, para que haja bolsas para formandos que podem enveredar por formações dão autoempregos, tanto ao nível de material como bolsas que financiam os primeiros passos para essa matéria e também estamos a trabalhar nos estágios profissionais nas empresas. Portanto, estamos a tentar solucionar para o futuro numa óptica de sustentabilidade e vamos continuar, porque não é uma coisa que se faça de um dia para noite. Este ano sobretudo vamos ver como é que as coisas vão comportar-se, para que no próximo ano dialoguemos melhor com os parceiros sobre como foram as nossas acções.

Espero que o Sr. Deputado e os outros acompanhem, para que, se houver algum erro, nos ajudem a corrigir, porque não sabemos tudo. Como disse o Sr. Ministro das Finanças aqui presente «estamos sempre a aprender» e graças a Deus vamos aprender até com os nossos próprios erros.

Não tenho nada mais a acrescentar, mas estarei sempre disponível no Ministério, se o Sr. Deputado assim entender.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, Srs. Jornalistas, bom dia.

Também gostaria de juntar a minha voz às dos Deputados que saudaram as novas Ministras e novos Ministros que integraram o Governo, desejando-lhes força e coragem para fazerem aquilo que na realidade o nosso país precisa. Que nós todos possamos fazer deste país um lugar onde todos os cidadãos sintam vontade de viver.

Eu tomo a palavra para exprimir também os meus sentimentos e primeiramente dizer que nós os Deputados estamos a ter um outro comportamento, desde ontem, aqui nesta Sala. Há alguns anos as pessoas às vezes interrogavam, será que isso é Assembleia? De ontem para hoje cada um tem estado a fazer o seu papel, o seu trabalho. Agradeço e também faço apelo que continuemos assim, para o bem estar da nossa Casa Parlamentar e de São Tomé e Príncipe.

Estamos aqui nestes 2 dias na discussão do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, que é uma tarefa que é feita anualmente. Pude estar em contacto com mais um orçamento e neste, desde já, gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministros que o trabalho foi feito e está a ser feito, para que São Tomé e Príncipe, na realidade, saia da situação em que nos encontramos.

Pude acompanhar as intervenções e as respostas aqui dadas pelo Sr. Primeiro-Ministro e alguns Ministros e também as preocupações dos colegas Deputados e Deputadas. Pude ouvir, com satisfação, Sr. Primeiro-Ministro falar daquilo que é a tomada de medida e elencou algumas acções que o Governo vem fazendo, como por exemplo a criação de uma comissão dos direitos humanos, melhorar a gestão do nosso país, combater a corrupção, combater a incompetência. É de se dizer, força! Façam o que tem que ser feito.

Sra. Ministra da Justiça, que a reforma seja feita o mais rápido possível, para que cada um que cometa erros pague pelos seus erros.

Gostaria de reconhecer o esforço que este Governo está a fazer e reconhecer o esforço que todos os são-tomenses que querem que este país avance estão a fazer.

Eu vi neste Orçamento Geral do Estado muitas acções para melhoria.

Ouvi aqui ainda ontem a leitura do parecer que a 2.^a Comissão Especializada apresentou e quero dizer que é um instrumento que vai ajudar os senhores a verem aquilo que ainda falta nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado, para que algumas dessas acções sejam feitas.

Dizer ao povo de São Tomé e Príncipe que a Assembleia Nacional tem cinco Comissões e essas trabalham dia e noite. Nós somos Deputados que às vezes trabalhamos nos dois períodos, em duas Comissões, para vermos se as coisas avancem. E todos os são-tomenses, tanto no sector público como no sector privado, cada um tem que fazer a sua parte. Quem é serventa sabe o que é que foi fazer no serviço. Quem é jardineiro sabe o que é que foi fazer no serviço; quem é segurança sabe o que é que foi fazer; quem é deputado e deputada sabe o que é que veio fazer, quem é membro do Governo sabe o que é que tem que ser feito. Cada um faz a sua parte e como o nosso país já é exemplo de democracia, gostaria que isso também fizesse parte das nossas vivências no dia a dia.

Gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que as coisas não são fáceis. Não são, mas tenha força de vontade e a ajuda de Deus, porque Deus disse «põe a mão que eu te ajudo». Não se preocupe com algumas inquietações! Lembro-me do cantor João Seria, que tem uma música que diz: «*Non sébê tudu kwa na ka bua da ningê fá, mági tudu kwa se non ká pôji kuê, non ká pôji ku ê*».

Uma Voz do ADI: — *É do Gapa.*

Aplausos do ADI.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Ham, é do Gapa? Pensei que fosse do João seria.

Nós sabemos que tudo que fazemos não agrada às pessoas, mas não podemos perder o foco daquilo que é o nosso objectivo. E o maior objectivo é o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Ministras, se fazer dívida é para desenvolver São Tomé e Príncipe, em vez de comprar gerador, fazer barragens, contem com a Bancada do MCI/PS-PUN!

Se fazer dívidas é para construir liceus, contem connosco!

Se fazer dívida é para criar um hospital de referência, para os são-tomenses não terem que ficar fora de São Tomé e Príncipe, por causa de saúde, façam dívida! Porque todo os países que conhecemos têm dívida. Ou não têm dívida?

Uma voz do ADI: — Têm.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Têm.

Faça dívida, Sr. Primeiro-Ministro! Faça dívida para desenvolver o País, para nós sairmos disso, porque há situações que não deveriam ser problemas para São Tomé e Príncipe. Quase 49 anos da independência, hoje uma barragem não seria problema. Energia não seria problema para São Tomé e Príncipe. Se fizessem dívida para a construção de barragens, hoje não teríamos o problema de despesas com compras de combustível. E eu sei que às vezes as coisas acontecem, porque há muita gente que vive desses meios.

Gostei quando o Deputado disse que nem todo recurso chega ao destino. Se fazer dívida para que cada um consiga levantar o valor que sabe que tem e que saiu das Finanças para a sua conta, façam dívidas! Criam formas para que a população mais distante deste país também sinta vontade para não emigrar, como tem acontecido há alguns anos. Muita gente saiu de várias localidades para a Cidade Capital, a fim de obterem melhores condições de vida. Façam dívidas, sim, para melhorar os serviços que acham que é necessário para que o povo saia da situação em que está.

Criar cantinas, porque hoje muita gente que está a fazer negócio não está preocupada com aquela família que não consegue comprar 1 quilo de arroz. Está preocupada com lucros. Então, fazer dívidas, para construir uma cantina ao nível dos distritos ou criar forma de levar esses produtos mais próximo àquelas pessoas. Façam, porque o nosso país não pode, de maneira nenhuma, ficar sempre atrás. Não pode!

Quando eu era criança, ouvia falar que São Tomé e Príncipe conseguiu ajudar alguns países lá fora. O que é que mudou? Porque é que hoje, em vez de nós ajudarmos, estamos sempre a ser ajudados e muitas vezes essa ajuda não chega a quem é de direito?

Por isso, caros Deputados, mais uma vez, vamos fazer o nosso trabalho. Vamos fazer o nosso papel de Deputados, aquilo que o Regimento da Assembleia Nacional e o Estatuto dos Deputados nos conferem. Só depois de nós cumprirmos com as nossas obrigações é que também poderemos exigir os nossos direitos.

Obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino da Veiga** (ADI): — Sua Excelência Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Destintos Membros desta Casa Parlamentar, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu elenco governamental, caros são-tomenses residentes em São Tomé e Príncipe e na diáspora: No âmbito do processo de escuta que tenho conduzido junto à diáspora, diversas questões têm sido levantadas pela comunidade são-tomense. Recentemente estive em Londres e constatei de forma unânime o desejo da comunidade em solicitar ao Governo a revisão do decreto que proíbe a entrada das viaturas com volante à direita. Reconhecendo o risco que esses carros representam, de acordo com a nossa regra de trânsito, uma sugestão viável foi apresentada: a possibilidade de haver um investimento, mesmo que seja privado, na criação de uma oficina especializada na troca desses volantes. Essa oficina poderia até mesmo contar com um reboque para recolher os carros na Alfandega e proceder à operação. Somente após a troca dos volantes a Direcção dos Transportes Terrestres emitiria autorização para a legalização destas viaturas. Essa iniciativa não só facilitaria o processo de legalização, mas também representaria uma oportunidade de negócio para o País, ajudando a suprir a falta de mão de obra.

Este é um pedido que considero unânime e deixo esse desafio aqui para ser analisado.

Outro assunto importante é a representação diplomática no Reino Unido, dado o crescente número de são-tomenses naquele país.

Por último, mas não menos importante, gostaria de expressar os meus parabéns ao Governo, pela recente actualização, incluindo a redução de taxas aduaneiras e alfandegárias, bem como a fixação do preço de barris familiares em 500 dobras, o equivalente a 20 euros.

Uma Voz do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Jozino da Veiga** (ADI): — Essa iniciativa foi recebida com muita alegria pela nossa população na diáspora, sobretudo aqueles que foram recentemente e deixaram a sua família em São Tomé.

Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo, parabéns.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, as minhas cordeais saudações.

Sras. e Srs. Deputados, as minhas cordeais saudações.

Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, as minhas cordeais saudações.

Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País, as minhas cordeais saudações.

Sr. Primeiro-Ministro, eu só tomo a palavra para o parabenizar. O Sr. Primeiro-Ministro é muito corajoso, é o homem que surpreende a todos e todas. O clima deste espaço está sereno, está calmo. Porquê? O senhor trabalhou o Orçamento. Não há nada a discutir.

Aplausos do ADI.

Devíamos só aprovar o Orçamento.

Alguém disse aqui que parece que é incompetência, mas eu diria o contrário. Não há teoria que supere o peso da sua experiência.

Vozes do ADI: — Oh!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Quando vi o OGE de 2024, sozinho, parei e refleti. A quem fez este Orçamento eu dei um termo: «quem passa a noite debaixo das árvores é que conhece o grito dos pássaros». E o senhor conhece.

Vozes do ADI: — Oh!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Eu vejo directamente para o meu distrito, nós reconhecemos e sabemos que aquela estrada que liga Água-Izé a Claudino Farro é a estrada que mais traz produtos agrícolas para a Capital e todos têm consciência disso. O senhor fez o contrário. Um dito senhor, na época das campanhas, faltando 2 dias para o término, subiu para lá e disse às pessoas: «votem em mim e a estrada amanhã começa». E até hoje não temos estrada. Isto é grave!

Uma voz do ADI: — É quem? Osvaldo?

O Sr. Primeiro-Ministro, no Orçamento, preocupou-se também com a água para Cantagalo.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Kêi?

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Deputado Eláccio, fique clamo. Se quiser falar, venha falar aqui.

O senhor sabe e tem consciência de a quanto tempo o povo de Cantagalo, sobretudo de Água-Izé, Santana e arredores precisa de água potável. O senhor sabe.

E hoje, vendo isso no Orçamento, eu fico muito satisfeito.

Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, meus agradecimento e força!

Eu volto dizer que este Orçamento feito não deveria ser discutido. O que nós estamos a fazer é formalidade. Deveria ser já votado.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

Tem a palavra o Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Emery Trovoada, Sras. e Srs. Ministros de São Tomé e Príncipe, Técnicos, bom dia.

Eu queria primeiramente agradecer a todos Deputados de São Tomé e Príncipe, inclusivamente os Deputados do ADI, e agradecer também o Sr. Primeiro-Ministro e a sua comitiva, pelo bom trabalho feito. Que Deus vos abençoe, para que continuem assim. O Senhor estará à vossa frente e vocês estarão atrás do Senhor, a serem guiados pelo Senhor.

Vozes do ADI: — Amém.

Primeiramente, eu vim falar hoje que o Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Emery Trovoada, veio a São Tomé a muito tempo para organizar o País, em nome de Deus, mas ninguém aceitou. Quando eu dizia que é enviado de Deus, e hoje eu vim repetir, ninguém e acreditava em mim. E quando nós estávamos em dificuldades, as pessoas do MLSTP gozavam, dizendo: «eu quero ver o teu Deus agora». Eu não sabia o porquê. Eu não sabia que eles entregaram-nos um barco, furaram todo lado do barco e entregaram-nos um barco sem energia, sem mecânico, entregaram-nos um barco sem fio, sem anzol, entregaram-nos um barco sem motor de arranque, mas o comandante deste barco, nós agradecemos Deus, porque primeiro é Jesus, segundo é Patrice Trovoada.

Aplausos do ADI.

Continuando, o barco nem tinha GPS...

Murmúrios do ADI.

...para guiar o barco ao rumo certo, e faziam festas sempre. Quando me encontravam, perguntavam-me de cara, onde está o teu Deus? Que rumo vocês davam a esse país? Queremos ver se vocês vão conseguir.

Eu só vim agradecer, primeiramente a Jesus, e agradecer o nosso comandante, porque pelo menos o barco, graças a Deus, já recebeu uma luz, é o GPS, e graças a Deus o barco já tem motor...

Uma voz do ADI: — Amém.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — ...graças a Deus já temos fio e anzol e só falta pegarmos peixes.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sra. Deputada Izilda Quaresma.
Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Deputados e Deputadas, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Distintos Técnicos desta Casa Parlamentar, saúdo-lhes com a bendita paz do Senhor Jesus Cristo.

vozes: — Amém.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Quero também agradecer a Deus pelo privilégio de mais um dia termos acordado e estarmos aqui neste momento em união, mesmo com ideias diferentes, mas para um só propósito que é o bem de todo São Tomé e Príncipe.

A minha primeira questão, Sr. Primeiro-Ministro, não podia deixar de ser sobre a diáspora. Há alguns países africanos, onde temos comunidade, que não têm ligação aérea para São Tomé e Príncipe, o que causa muita dificuldade de deslocar para o País de origem.

Apelo ao Governo que possa encontrar políticas junto aos nossos parceiros, de modo a arranjarmos transportes aéreos que possam fazer essa ligação, mais concretamente para Cabo Verde e Guiné-Equatorial.

Sobre a política migratória que se tornou também politiquice para algumas pessoas, que é um fenómeno que não é de hoje, porque pelos números que têm dito por aí, essa gente toda não pode ter viajado em 1 ano de governação. Quer dizer que já vinham viajando há uns bons anos, desde o momento que viram que o navio estava a afundar cada vez mais.

Mas deixo aqui um desafio ao Governo quanto à política migratória. Nós poderíamos, se calhar, qualificar melhor o nosso Sistema de Ensino e negociar com os nossos parceiros, para que os nossos emigrantes não fossem de forma vulnerável como vão em busca de melhoria, mas que fossem em um contrato de trabalho, porque existem muitos países africanos que carecem de técnicos. Então, nós podíamos fazer essa política migratória de uma forma mais organizada, que trouxesse também alguma rentabilidade para o País. Temos o exemplo desses países como Cuba e outros, que formam técnicos e depois os exportam, e isso traz alguma rentabilidade para o Estado, a partir do momento em que os mesmo técnicos vão trabalhar sob contrato, mas uma percentagem do seu salário fica retida para o Estado. Então, podíamos sim ter muitos emigrantes fora do País, mas rentabilizando a nossa banca.

Ainda falando da emigração, Sr. Primeiro-Ministro, em Angola e não só, mas digo principalmente Angola, temos muita gente que foi lá em busca de melhores condições, mas que hoje pretende regressar. Só nós que vivemos lá sabemos as dificuldades que as pessoas têm encontrado. Nós temos lá pessoas em situações lastimáveis. Então, era bom que encontrássemos uma maneira de arranjar transporte, para que pudéssemos, de forma organizada, trazer algumas pessoas ao País, porque há muita gente com essa necessidade de regressar. Porque é muito e muito difícil uma pessoa estar fora do seu país, sem emprego, sem negócio, sem nada. É complicado!

No mês passado, há um caso que eu relatei de uma senhora que tem oito filhos e o marido é falecido. Ela não trabalha, ela não tem uma casa própria. Imagina o que ela tem passado!

Algumas pessoas dizem que os Deputados da diáspora estão a ganhar dinheiro e não estão a fazer nada. Pronto, a política é mesmo assim e nós estamos num país em que nós temos que nos habituar, porque as pessoas falam demais e ajudam pouco. É muito fácil criticar o Governo, criticar seja lá quem for, mas difícil é trazer uma solução.

Por isso, eu agradeço ao Deputado Levy Nazaré que ontem, apesar de outras coisas, trouxe uma solução. Isso ajuda o Governo a melhorar. Porque nós em São Tomé e Príncipe estamos acostumados a falar só. Falamos, falamos, falamos, mas ninguém diz, *olha no meu entender, o contrato que foi a, b, c, podia ter sido l, m, n*, para o Governo analisar, porque ninguém é perfeito, ver onde está o erro e, se calhar, melhorar em alguns aspectos.

Então, esse desafio de repatriar algumas pessoas é muito importante, porque está difícil ver nossos conterrâneos vivendo na situação em que vivem em Angola.

Noutros países da África também sei que existe casos semelhantes, mas ainda não tive a oportunidade de lá ir. aguardo essa oportunidade. Apesar de estar sempre em interação com os nossos representantes, há uma necessidade de lá ir, para que eu possa estar mais próximo das situações em que os mesmos vivem.

Quero aqui dizer que a Assembleia, no seu orçamento de 2024, contemplou a deslocação dos Deputados da diáspora para alguns países, porque há essa necessidade e não podemos negar, mas faço aqui um apelo também ao Governo, uma vez que o orçamento da Assembleia é bastante reduzido, que pudessem encontrar maneira de desbloquear também uma verba para ajudar os Deputados da diáspora.

Como eu já havia dito, existem pessoas que vivem em situações muito difíceis, que poderíamos se calhar, em todo final do mês, oferecer uma cesta básica, como no mês passado fiz com a senhora de oito filhos. Junto aos meus colaboradores, em Angola, consegui uma contribuição e levamos uma cesta básica para aquela família. E muitas ajudas como essa nós temos dado. Não estamos de mãos atadas a aguardar o Governo, temos estado a lutar com os nossos meios, mas era bom que o Governo tomasse bem essa nota, para que nós pudéssemos ajudar aquelas pessoas, porque é lamentável ver a nossa gente a sofrer assim.

Outra situação, queria agradecer o Governo por ter respondido tão prontamente à questão de passaportes. Pelo menos para Angola o problema já está resolvido, mas nós temos, noutras paradas, pessoas com a mesma dificuldade, e há necessidade de adquirirmos um equipamento circulável para esses países, ainda que fizesse 15 ou 20 dias em cada país, para resolver o problema de passaporte, que aqueles também merecem.

Então, sem mais nada a salientar, agradeço essa oportunidade de estar cá entre os irmãos santomenses, porque é isso que todos nós somos, discutimos todos pelo bem de São Tomé e Príncipe. Então, peço a Deus que nos abençoe e abençoe o Governo, para que possamos encontrar cada vez mais soluções viáveis de melhoramento da vida deste povo, não só aqui como também os que estão na diáspora.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Lourenço Freitas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, bom dia e muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo, bom dia, funcionários parlamentares, Técnicos da Comunicação Social presentes, povo de São Tomé e Príncipe, aqueles que residem aqui e aqueles que vivem no exterior do nosso país, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, eu venho cá justamente por causa dessa questão do IVA, nas universidades e escolas privadas. Sr. Primeiro-Ministro, a sua explicação não me convenceu. E por que é que não me convenceu? E eu estou a ouvir *ché*. *Ché* não, meus senhores. Eu estou a falar de gente. Esses alunos são seres humanos e são são-tomenses. Não venhamos com a história de *ché*. Porque é assim: os alunos que estão nas universidades públicas são são-tomenses, os alunos que estão nas universidades privadas são são-tomenses. E por que é que muitas vezes alunos vão para universidades privadas? É por causa da incapacidade de as nossa universidades públicas receberem e absolverem todos alunos. Então, se assim é,

por que razão eu que estou numa universidade pública, tenho uma propina menor, não pago o IVA, e um estudante que a sua opção foi ir para a universidade privada tem que pagar? Eu já ouvi aqui um discurso, dizendo que isso tem a ver com o facto de as universidades privadas gerarem lucro. Não tem nada a ver! Porque quem sustenta o pagamento do IVA não é a universidade privada, é o estudante. O dinheiro é descontado ao estudante no momento do pagamento da propina, e esse dinheiro é remetido aos cofres do Estado. Então, isto é que eu acho que nós temos que ver.

Se nós estamos num quadro de querer evitar a fuga de quadros, eu acho que até é uma maneira de atrair os jovens a ficarem aqui, estudarem e concluírem os seus estudos. Por que é que nós vamos continuar a insistir que os alunos das universidades e escolas privadas têm que pagar o IVA?

É esta questão que eu acho que é de fundo, que eu acho que nós devemos olhar com olhos de ver. E este é o meu apelo, Sr. Primeiro-Ministro, que se veja isso.

No quadro do próprio lema da CPLP, juventude e a sustentabilidade foi o que nós escolhemos.

Então, sustentabilidade e participação dos jovens em todo o nosso processo de desenvolvimento requer o quê? A formação dos jovens e formação contínua. Não é uma formação, porque fiz licenciatura e paro. Tenho que vou continuar, porque este nosso país só vai avançar se nós apostarmos seriamente na formação da nossa juventude.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não me convenceu também quanto à resposta que deu em relação às questões que eu coloquei.

Para lhe dizer que essas obras do Sul são muito importantes. Sim. Eu lembro-me, volto a dizer que o senhor fez um orçamento do cidadão, ano passado, e disse que há um envelope para fazerem a intervenção, mas não se fez a intervenção até hoje. Quer dizer que as obras não se realizaram até hoje.

Mas de qualquer forma também, por outro lado, quero lembrar-lhe que a convenção de financiamento para as obras de requalificação da Marginal é que foram em 2017. As obras foram assinadas no ano passado. As obras e a fiscalização. Portanto, eu acho que é preciso lembra-lhe disso.

Sr. Ministro das Finanças, acho que senhor fez uma observação muito grave. Nós estivemos nesse processo, eu e o senhor conhecemos o processo perfeitamente bem, estou à vontade para falar do processo e eu terei todo o prazer de falar do processo, porque o conheço bem. Mas é grave aquilo que disse. As obras já não são de emergência? Continuam a ser de emergência. As pontes estão no chão, a linha de financiamento continua a ser uma linha de financiamento de emergência, nada absolutamente mudou em relação a essas obras.

É grave quando o senhor diz que umas pontes que estão no chão que ligam uma comunidade a outra deixaram de ser obras de emergência.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Afinal de contas, parece ou faz parecer que essa comunidade não é importante para o senhor, o que é grave. Afinal de conta, trata-se de pessoas que precisam de muita atenção. Por isso é que se deslocou aquela verba do Sector de Transporte, que estava inscrita para a requalificação da Estrada Nacional n.º1, para essas obras que são identificadas como de emergência, e a linha diz precisamente isso.

Eu quero lembrar-lhe uma coisa, Sr. Ministro. Há um velho provérbio são-tomense que diz: *awa ka kôlê ni ôkê ba vaji, bila kôlê di vaji ba omali*. O senhor esteve lá, não faça isso.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide dos Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sua Excelência Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu elenco, muito bom dia.

Antes de mais, eu também gostaria, aqui nesta Casa Parlamentar, de parabenizar a todos os Deputados, este é o sexto Orçamento que eu discuto aqui, enquanto Deputado, pela elevação do comportamento nesta Casa Parlamentar, na qual eu também me orgulho muito por estar presente.

Eu trago aqui alguns pontos que eu gostaria de chamar atenção e também dar a minha contribuição.

Há uma questão que eu já levantei aqui duas vezes, mas hoje eu gostaria de direcionar também ao Sr. Primeiro-Ministro, de forma a podermos ver, essa questão que se discute aqui em São Tomé e Príncipe, relativamente a quem paga e quem não pode pagar.

Eu já fiz propostas duas vezes aqui na Assembleia Nacional, para que o Ministério do Trabalho e da Segurança Social pudesse fazer uma reforma relativamente a quem pode pagar e quem não paga, em São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, se o senhor repara, em São Tomé e Príncipe, normalmente, quando o Ministério Público, os Tribunais, as Finanças, todos esses sectores, solicitam o atestado de residência para efeitos de pobreza a qualquer cidadão são-tomense, que é emitido pelas Câmaras Distritais, todos o conseguem, mesmo pessoas que têm três, quatro, cinco prédios, seis, sete, 10 viaturas. Para quê serve esse atestado? Esse atestado serve para as pessoas entregarem nas Finanças, nos Tribunais, para serem isentos do pagamento das custas ou algo que têm que pagar ao Estado.

O que é que eu quero com isso? Mais uma vez, para resumir, pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que nós, de uma vez por todas, regulamentemos essa questão e digamos quem pode pagar em São Tomé e Príncipe e quem não pode pagar.

Falando das propinas e não só, o que acontece é que todos pagamos o mesmo. Todos os são-tomenses, desde os Deputados, Ministros, Directores, pagam o mesmo valor nos hospitais, e quem não tem nada também paga o mesmo. Com os transportes escolares é a mesma coisa.

Há quem pode pagar e a quem não pode, mas todo mundo paga o mesmo. Quem tem um salário de 1000 dobras acaba pagando o mesmo valor que quem tem um salário de 10, 20 ou 30.000 mil dobras.

Então, é uma questão de reforma que eu gostaria de ver futuramente. Não estou a dizer que tenha de ser resolvida directamente neste Orçamento, mas futuramente.

Relativamente ao sector empresarial, que é um dos pilares deste Orçamento, para nós fomentarmos a economia são-tomense, onde eu vejo que está o erro do sector empresarial são-tomense? Nós mesmos falamos mal de nós, falamos mal do País, falamos mal do Governo e passamos uma má imagem do nosso país para além fronteiras. Principalmente os comerciantes e empresários são-tomenses, enquanto fazemos esses exercício de falar mal, quem sai a ganhar? Já pararam para prestar atenção nisso? Qual é a classe mais favorecida? Quem é que fica mais rico em São Tomé e Príncipe?

Muita das vezes, coloca-se a questão de financiamento para o sector empresarial. Não é isso! Somos nós próprios que não conseguimos trabalhar em cooperativa. Eu dou um exemplo bem simples. Há comerciantes aqui estrangeiros que se unem e podem importar, por exemplo, 10 contentores de farinha de trigo e chegando aqui dividem em 2, 3 contentores cada um. Mas nós os são-tomenses não temos essa cultura de trabalhar em equipa, não temos essa cultura de trabalhar em cooperativa. Esse é que é o nosso erro. Enquanto nós os empresários continuamos a matar-nos uns aos outros aqui em São Tomé e Príncipe, quem vai ficando cada vez mais rico são os estrangeiros. E é isso que já se vê. As pessoas vieram sem nada ou só com um trolley e hoje são os mais ricos em São Tomé e Príncipe. Isso não é porque os empresários são-tomenses não têm condições. É porque nós não somos unidos, nós não damos mãos uns aos outros. Tudo que nos beneficia nós puxamos para trás. Esse é que é o nosso erro.

Então, eu deixo essa reflexão para todos aqui presentes, principalmente os empresários são-tomenses.

Outra questão que eu trago aqui, essa é a minha percepção, desde que se elegeu os Deputados da diáspora, parece-me que as pessoas colocaram na mente que os Deputados vão substituir as embaixadas. Os Deputados é que têm que dar às pessoas documentos; os Deputados é que têm que dar às pessoas de comer; os Deputados é que têm que resolver os problemas. Não é isso! Os Deputados são para trazer informações ao Parlamento, junto ao Governo, para nós resolvemos esses problemas. Onde é que ficam as embaixadas? Qual é o papel das embaixadas? Quem é que tem alguma receita que ainda pode ajuda os nossos cidadãos que estão no estrangeiro? Quem é que pode ajudar? Quem é que faz cobranças? Não são os Deputados. Então, vamos colocar cada coisa no seu respectivo lugar, para que haja responsabilidade por parte das pessoas.

Porque o que eu tenho percebido há 1 ano para cá é que quase toda responsabilidade tem passado para os Deputados, como se fossem executivos. Não pode! Coloquemos cada coisa no seu respectivo lugar.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, é uma constatação que eu também trago aqui, que eu gostaria que fosse ao público, porque muita vezes passar uma mensagem ao Sr. Primeiro-Ministro não é falar ao público. Fiscalizar em todos os sentidos, fiscalização do Estado. Eu acho que a fiscalização é um instrumento muito importante para o próprio desempenho do Governo. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, as pessoas devem fiscalizar, sim, com base nas leis, não com o nome de Patrice Trovoada, eu vou explicar. Não é fiscalizar porque vai atingir A ou B.

O que é que tem estado a acontecer? Eu espero que as pessoas estejam a ouvir, porque muitos comerciantes pediram que quando eu estivesse no Parlamento falasse disso. As pessoas que fazem a inspecção, as pessoas que fiscalizam, quando chegam aos centros comerciais, às lojas, às empresas, não vão com sentido de Estado. Vão com o sentido de que têm um objectivo. Dizem às pessoas: «quem não quiser ser fiscalizado vai falar com o Primeiro-Ministro, porque nós estamos aqui para fazer o nosso trabalho. Quem não quiser, fecha a loja. Quem não quiser, vai falar com o Primeiro-Ministro, porque votaram nele.»

As pessoas não podem fazer fiscalização para atingir alguém. As pessoas têm que fazer fiscalização com sentido de Estado, com base nas leis. O que eu percebo é que as pessoas vão direcionados, para que amanhã se diga que quem ordenou é o Primeiro-Ministro. E maioria das vezes ou quase sempre, pelas informações que eu tenho, quando questiono ou falo com o Primeiro-Ministro são questões que o Primeiro-Ministro às vezes sabe. Cada fiscal faz das suas em nome do Ministro, em nome do Primeiro-Ministro, em nome do director e outros até dizem: «quem não quiser fecha a loja e vai ter com o Primeiro-Ministro.

Eu acho que a parte de fiscalização deste país tem que ser com responsabilidade e com base nas leis. É isso que acho que o País deve fazer para crescer.

Por último, o meu colega já falou dos produtos isentos ao IVA e não só, é uma questão importante. No ano passado, tivemos aqui algumas reformas de leis, a dar algumas instituições poderes para isentar alguns produtos, nomeadamente a questão de importação de água potável, importação de produtos para a produção de água, a questão de energias renováveis, também baixou a quase zero. Parece que o Governo também pediu à Assembleia que também pudesse regulamentar essa questão e o feijão hoje está a uma taxa de quase zero, a farinha é mesma coisa, ou seja, resumidamente, o Governo faz um esforço, os Deputados fazem esforços, reunimos em Comissões e tomamos medidas para beneficiar a população e, no fundo, o que é que se encontra? As empresas e as lojas, ninguém aplica. O Governo isenta nas Alfandegas, a intenção do Governo é, se custava 10, para chegar ao consumidor final a 7 ou 6, mas cada um continua com 10. Pelo menos esse que continua com 10 não está pior. E outros que vão para 11 ou 12?

É isso que estamos a pedir, Sr. Primeiro-Ministro. Que todos aqueles que estão na área de fiscalização ajudem o Governo a trabalhar.

A Assembleia fará o seu papel e cada um de nós fará o seu papel.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apresento os meus cumprimentos aos caros Deputados, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Ministros.

Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, estou aqui no púlpito perante si e perante o Plenário, para tecer algumas considerações. Aliás, também devo passar umas informações, isto porque desde ontem tenho estado a receber muitas mensagens, inclusive telefonemas de são-tomenses na diáspora, a pedirem para levantar a questões pontuais sobre a Ilha de São Tomé. Como sei que os Deputados são eleitos por círculos, apesar de estarmos a representar o País, eu encorajo os Deputados residentes em São Tomé, para poderem trazer questões importantes sobre o seu círculo eleitoral.

Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, eu preciso de apresentar-lhe uma proposta. Penso que ao longo dos tempos temos visto orçamentos em que há muita concentração e alocação de verbas aos ministérios e eu proponho que, se não para este, no próximo orçamento se reforce as verbas também dos Distritos e a Região Autónoma do Príncipe. São poderes de proximidade e seguramente conhecem as necessidades básicas, para poderem agir e poderem resolver no mínimo o que é necessário nos seus distritos. Até porque hoje algumas câmaras distritais reduzem-se apenas a recolha de lixos e capinação. O serviço camarário não pode reduzir-se apenas à questão de capinação e recolha de lixos. É preciso dar ênfase ao poder camarário e ao poder regional, para poderem ter uma execução mais valiosa ao nível do País.

Outra questão que eu queria aqui levantar, Sr. Primeiro-Ministro, é relacionada com a governação e com comportamento de determinados governantes. Quando vejo ministros ou governantes toda hora nas redes sociais, porque visita ao sector tal, visita sector ao aquilo, visita ao sector lá e tal, todos os dias e todas horas, é uma questão de exibição pública. Repare, eu penso que os governantes e os seus colaboradores devem criar um modelo próprio de contribuição e proposta ao Conselho de Ministros, com base numa reflexão conjunta. Governantes têm que sentar e refletir, porque todos nós conhecemos o País. Sr. Primeiro-Ministro, se amanhã eu for ministro e ir visitar o sector A ou B, eu estarei a fingir. Conheço o País, toda gente conhece. Temos que sentar, refletir, juntar sinergias, apresentar imputes ao Conselho de Ministros, para poder ajudar a dinamizar as coisas.

Se calhar hoje eu vou com alguma velocidade, por questão de tempo.

Outra questão, eu dou conta de que ao nível da Câmara de Água Grande há muita dificuldade de remoção de lixos, apesar de nós concentrarmos todos os esforços em Água Grande. O Governo sempre Água Grande, Água Grande, mas mesmo assim hoje nós temos défices, e défices consideráveis. É preciso, se calhar, no Orçamento Geral do Estado, arranjar-se mecanismos para reforçar o poder de Água Grande, para podermos ter uma representação de uma cidade mais limpa, mais organizada e que o poder de Água Grande tenha também outros imputes, outras condições de trabalho.

A última questão relaciona-se com o Príncipe. Eu quero falar três formas que se relaciona com Príncipe ao longo dos tempos. Quando estávamos no tempo colonial, o Príncipe servia apenas para os colonos mandarem os presos desobedientes, etc., era como se fosse uma prisão aberta.

Na Primeira República, continuou a servir para mandar os funcionários desobedientes, faltosos, etc., etc.

E este quadro não serve ao Príncipe. Quero dizer-lhe que não serve. Nós que nascemos no Príncipe, que percebemos que estamos perante a dupla insularidade, que nos impõe condicionalismos difíceis, queremos um novo quadro para o Príncipe. Nós queremos um quadro em que o Príncipe deixe de ser um lugar para se enviar pessoas com essas deficiências. Que se comece a enviar para o Príncipe pessoas que são capazes de contribuir de forma positiva para o crescimento político e económico de São Tomé e Príncipe.

Muito Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio da Marta.

O Sr. **Elákcio Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, antes de mais, gostaria de cumprimentar ...

A Sra. **Presidente**: — Antes de começar, Sr. Deputado Elákcio, tem a palavra o Deputado José António Miguel, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Membros do Governo, eu uso da palavra exactamente para pedir à Mesa que olhe bem para o debate que estamos a ter, porque estou com a impressão de que os Deputados estão a ir muito para questões específicas ministeriais, quando não estamos no debate na especialidade.

Eu gostaria de pedir à Sra. Presidente, caso qualquer outro deputado entrasse na especialidade, que lhe tirasse a palavra, faz favor.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio da Marta.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sra. Presidente.

Antes de mais, gostaria de saudar a Sra. Presidente, os membros que compõem a Mesa e, de igual modo, cumprimentar a todos os colegas Deputados; saudar também o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu elenco governamental e dar os meus parabéns aos novos Ministros; estender também a minha saudação ao povo de São Tomé e Príncipe, quer os que residem cá quer os que residem na diáspora.

O Sr. Primeiro-Ministro, durante a sua intervenção, centralizou muito na questão de vulnerabilidade. É para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que faz quase 1 ano, mais concretamente no dia 27 de Março de 2023, que o povo e o País procuram por si. O senhor criou asas feito falcão e só passa tempo no ar. No dia 27 de Março de 2023 o Sr. Primeiro-Ministro brincou com o sentimento de uma família. Foi durante o orçamento participativo. Esteve em Cantagalo e prometeu a uma família que praticamente vivia na rua uma casa

totalmente destruída, um quarto e uma sala. Por várias vezes essa mesma família procurou por si, para saber em que ponto está aquele comprometimento e até hoje o senhor não cumpriu com a sua palavra e não cumpriu com aquilo que prometeu.

Em poucas palavras, Sr. Primeiro-Ministro, quando não temos para dar, não podemos prometer. Eu tenho cá o vídeo da página do Governo do dia 27 de Março de 2023.

Ontem o Sr. Primeiro-Ministro fez a apresentação do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2024 e eu confesso que ficaria mais satisfeito se fizesse essa leitura de fato de treino. Usando o mesmo fato...

Murmúrios ADI.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Elákcio, reconsidere as suas expressões se faz favor. Se continuar por essa via, vou cortar-lhe mesmo a palavra.

Pode continuar.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Sim! Muito bem.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado.

Para dizer que, como consequência disso, temos um orçamento em que grande parte das verbas constam no seu gabinete. Ora vejamos: o Ministério responsável pela Segurança do Estado é o Ministério da Defesa e Ordem Interna, em coordenação com a Unidade denominada UPDE. Neste Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, não entendo como é que no seu gabinete tem verbas alocadas para subsídios de férias dos militares, subsídio de representação de pessoal militar e subsídio permanente do pessoal militar. Não consigo entender o porquê dessas verbas todas alocadas ao seu gabinete.

O povo pediu que eu perguntasse ao Sr. Primeiro-Ministro...

Vozes do ADI: — Qual povo?

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — ... se quer construir outro quartel.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, o povo quer saber o porquê de tanto medo, o povo quer saber o porquê de tudo isto.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Vocês não sabem porquê? Vocês sabem.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Os tempos são outros e o senhor tem que mudar!

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Você é que tem que mudar.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, eu me recordo que o senhor foi primeiro-ministro, pela primeira vez, no ano 2008 e muita coisa que eu vi n o meu exercício de análise deste Orçamento é o que já vinha no passado. O País pede mais trabalho, mas o senhor não está a trabalhar.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — O País pede mais esforço. O senhor terá que desdobrar os seus esforços.

Para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Está a gastar o tempo à-toa.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — ... quem não deve, não teme. O Sr. Primeiro-Ministro deve, sim, sentar, trabalhar e evitar que haja intrigas. O País é democrático e não podemos admitir a implementação da política do medo.

Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, gostaria de dizer ao povo de São Tomé e Príncipe que «o povo põe e o povo tira».

Uma voz do ADI: — Já!

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Devemos, sim, estar de olhos, devemos, sim, admitir o que o Governo tem implementado, mas no momento certo colocamos um basta em todas essas atrocidades.

Vozes do ADI: — Basta?

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente. Poderei voltar a intervir assim que achar pertinente.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, antes de começar a minha intervenção, permita-me pedir também para fazer uma interpelação à Mesa na primeira parte da minha intervenção. Eu gosto de fazê-lo assim, para não ter que levantar várias vezes.

Antes, gostaria de cumprimentar a todos, respeitando a devida precedência protocolar.

Quanto à interpelação à Mesa, nós estamos num debate parlamentar e debate é mesmo isso. Hoje, aconteceu um caso em que um deputado usou da palavra e prontamente o Primeiro-Ministro e o Governo responderam. É assim que deve ser! Quando o Governo achar que tem que responder no momento, responde no momento e não há regra de que tem que esperar uma intervenção, duas intervenções, três intervenções, quatro ou cinco ou 10, para depois responder. A Mesa deve dar debate àqueles que estão no debate. A Mesa organiza, preside e coordena os trabalhos. O debate é para os Deputados e o Governo.

A segunda parte da minha interpelação é para dizer que não ficou bem um deputado já no uso da palavra, no púlpito, e a Mesa pedir para um outro deputado vir fazer uma interpelação à Mesa, quando essa interpelação podia ser feita depois de o deputado terminar a sua oração. Eu até pensava que era algo que tinha que ser antes mesmo daquele deputado falar. Não. Podia esperar, deixar o deputado. Ficou feio. Até que o deputado parou aqui ao lado. Por isso, é bom deixar o deputado terminar e a interpelação à Mesa é feita no momento posterior, tendo em conta que o deputado já saiu do seu lugar, veio aqui para o púlpito e começou já a usar da palavra.

Bom, feito essa interpelação à Mesa, agora sim, faço a minha intervenção de hoje. Em pouco tempo que tenho, continuar com as propostas que havia começado ontem. Na área da Justiça, já falei, na área da Defesa também, acrescentando no Sector da Justiça a possibilidade de uma alteração da lei, para permitir que o Ministério Público possa também investigar situações de manifestação exterior de riqueza. É o que acontece muito em São Tomé e Príncipe. Muita gente ostenta riqueza, apresenta manifestações de riqueza incompatível com o nível salarial que tem e nós sabemos onde é que as pessoas trabalham, como é que vivem, etc., etc., etc. É possível que a pessoa possa ter outras fontes de rendimento, mas se tem que investigar, para saber. Se justificar outras fontes de rendimentos, não há nenhum problema. Mas há funcionários públicos ou directores que deixam de ser directores e depois compram um carro de 50, 60 000 euros. isso não é compatível!

Eu, enquanto estava nas Finanças com o Ministro, na altura, quadro das Finanças, recebemos uma equipa, não me recordo bem se era do Banco Mundial ou do FMI, e na varanda das Finanças, defronte à Praça da Independência, um dos quadros perguntou-me, Levy, de quem são esses carros que estão aí à frente? Eu disse, são carros dos funcionários. Mas quais funcionários? Funcionários daqui das Finanças? Sim, sim. Mas com esse salário que vocês apresentam, como é que eles podem comprar esses carros? Alguns têm outras formas de rendimento, para além dos salários. Logo, é possível.

Eu digo isso por causa daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse ontem, sobre o combate à corrupção, que é uma das medidas que se podia tomar, porque muitas vezes fala-se que os ministros só é que são corruptos, os membros do Governo é que são ladrões, etc., etc., mas não. Há classe intermedia, como disse aqui o Primeiro-Ministro, que também pratica esses actos de corrupção e passam despercebidos, porque

não são ministros, não são membros do Governo, mas estão com uma vida de ostentação de riquezas que não sabemos como e donde vêm. Mas se justificar, não há problema. Se foi ao crédito no banco, como é que paga, etc., essa é uma outra questão.

Quanto à questão de que eu falava sobre a terra, há dinheiro mal usado ou há potência de dinheiro e de riqueza que o Estado, muitas vezes porque não está organizado ou não está a trabalhar de uma forma sincronizada, com vários sectores, não consegue chegar a esses dinheiros. Um exemplo claro que dou quanto à questão de terreno: o Estado cede terrenos e as pessoas pagam 3, 4 ou 9 000 dobras por um título de terreno. Esse mesmo terreno depois é vendido ou é negociado a 30, 40, 50 000 euros. E então, porque é que o próprio Estado não vende terrenos a esses valores, condicionando às pessoas um prazo para a construção e permitir que pessoas de baixa renda possam ter acesso a terrenos num outro local e não nesse local que é possível alguém fazê-lo, mas pagando ao Estado aquilo que deva pagar pelo valor venal do terreno?

Outra reforma que acho fundamental, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, é a reforma administrativa do País em termos territorial, que foi aqui dito. Acho que já é altura de nós termos só três distritos, reduzindo as despesas públicas, sendo um distrito do centro, um distrito do norte, um do Sul e uma região autónoma. Temos que ter uma capacidade e clima suficientes para fazer essa reforma. Já não justifica os seis distritos que temos na ilha de São Tomé, reduzindo assim despesas públicas com tantos funcionários das câmaras.

Outra grande reforma que é preciso, se não é com este Governo, eu já disse ontem, pode ser com qualquer outro governo que virá depois deste governo, na minha opinião, seja governo de sacrifício, governo de salvação nacional, governo patriótico, governo de unidade nacional, qualquer que seja, é a reforma do Estado. Em alguns sectores, essa reforma do Estado é a capacidade de, de facto, reduzir os ministérios. Com a situação que temos, o País com tantos défices, com tantas dificuldades, eu até fiz um esboço, sete ministérios no máximo dava conta dos nossos problemas, em vez de termos 11, 12, 13 ministérios. Reduzir o número de deputados. O País não se compadece com 55 deputados. Tenhamos a coragem de passarmos a ter 30 ou 25 deputados bem remunerados, com todas as condições, e permitir também que a deputação não seja exclusiva dos partidos políticos. Permitir, através de uma plataforma legal, que a sociedade civil, através da FONG e as centrais sindicais, possam também ter deputação, para nos ajudar nesse trabalho, que é de legiferar e fiscalizar a acção governativa.

O meu tempo está a terminar, mas são estas as propostas. Se for possível fazer ainda durante esta Legislatura, podemos fazer. Se não for possível, porque o clima não é apropriado, eu insisto no clima, mesmo que digam que não, mas o clima não é apropriado. Uma coisa é o que se diz de boca para fora, é aquilo que dizemos aqui no púlpito, mas no dia a dia, nos comportamentos, nas acções, não há clima e continua a não haver clima. Porque precisamos de um clima para fazer de facto a revisão constitucional e com a revisão constitucional debelarmos um conjunto de situações que também, na minha opinião, impera o desenvolvimento do País.

Já termino, Sra. Presidente, só mais alguns segundos.

Quanto à reforma do Ministério da Justiça, no sector público, é preciso reduzir o número de funcionários públicos e permitir que haja avaliação dos funcionários, promoção na carreira, prémios e as pessoas serem colocadas nos lugares consoante a sua capacidade, a sua competência e não por ser de um partido ou ser de outro partido, independentemente de quem está ou vier a estar no poder.

É esta contribuição que o Movimento BASTA gostaria de trazer para o dia de hoje. Já o fizemos no dia de ontem. Se não for com este Governo, eu estarei aqui, se Deus assim quiser, com o próximo governo, para continuar a dar a minha participação, mesmo não estando na Casa Parlamentar, sobre aquilo que eu acho que o País precisa para nós debelarmos a situação em que nos encontramos.

Muito obrigado pela atenção.

A Sra. **Presidente**: — Com relação à primeira parte da sua intervenção, que foi interpelação à Mesa, a interpelação deveria ser feita pelo Sr. Deputado, que o fez no momento. O próprio Sr. Deputado Levy disse que pensou que a intervenção fosse na perspectiva da outra intervenção que estava a ser feita. Portanto, a Mesa não advinha sobre o que é que o Deputado vai interpelar. Portanto, era de todo incontrolável.

Sobre a outra parte, eu não sei se o senhor deputado se encontrava na Sala. Com o microfone ligado, eu disse ao Governo que estava à vontade para fazer alguma intervenção, que julgasse conveniente, no momento que fosse. Portanto, nós não estamos a conduzir os trabalhos na perspectiva de acumular, mas eu já havia dito ao Governo que assim que achasse interessante que fizesse um sinal, para intervir.

Portanto, quanto a essas duas partes a Mesa assegurou, todavia, muito obrigada. Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Obrigado, Sra. Presidente da Assembleia.

Em relação à diáspora, eu entendi que a questão dos carros com volante à direita, embora não seja uma questão do orçamento, os Deputados da diáspora aproveitam esse palco, porque eles não representam só quem votou neles, mas representam toda a diáspora. A lei proíbe carros com volante à direita, mas é algo que nós podemos estudar, que os carros chegam e vão directamente das alfandegas para as oficinas e têm que ser transformados. O que não podemos fazer é deixar esses carros circularem. Por isso, é uma sugestão que vai ser estudada ao nível do Governo.

Quanto às questões da documentação, estamos a avançar. Luanda já tem equipamentos todos para a produção de documentos lá e estamos a fazer um trabalho entre o Ministério da Justiça e Administração Pública e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que também, no ponto de vista da informatização, se possa permitir à diáspora mais facilmente ainda ter acesso a documentos nacionais. E também hoje pode haver um processo de aquisição de nacionalidade sem ter que vir a São Tomé, para aqueles que nasceram no exterior.

A questão do IVA para as universidades, Sr. Deputado Raúl Cardoso, de facto é um debate, universidade pública/universidades privadas, mas eu quero dizer que, no que diz respeito às bolsas de estudo, que é também do Estado, aí não há discriminação. A IUCAI tem 277 bolsas, a Lusíada tem 170 bolsas e a Universidade de São Tomé e Príncipe, que é composta por três unidades orgânicas, tem 530 bolsas. Eu estou a falar dessas financiadas com o fundo do petróleo. Quer dizer, em média, com os valores que temos, 750 euros por ano por estudantes, todos recebem a mesma coisa e não há discriminação. Mas eu repito, mesmo assim, que escolas e universidades públicas têm muito mais alunos, temos que dar uma atenção e, como disse anteriormente, é uma opção do Governo, mas nós não estamos fechados a analisar essa questão do IVA para as universidades privadas, na medida em que, como disse também, precisamos de formar quadros e, se não houver capacidade e vagas suficientes na universidade pública, não deveríamos penalizar as universidades privadas. Então, é algo que vamos estudar, mas a nossa maior preocupação é a qualidade de ensino, é também a inspecção das universidades privadas. Então, é algo sobre o qual o Governo vai debruçar-se e ver se podemos fazer um esforço nesse sentido.

Também, passando para aquilo que o Deputado Ekeneide levantou, faz sentido, porque há serviços que todas as pessoas não podem pagar da mesma maneira. Estamos de acordo, porque se falarmos da saúde e de toda uma série de serviços públicos e serviços sociais, temos esses problemas. Mas isso facilmente será resolvido, se fizermos esse esforço, mais uma vez, de informatização. Quase toda gente tem um número de identificação fiscal, nós temos aqui uma série de base de dados, quer dos impostos, quer seja da segurança social, quer seja o facto de que em princípio nenhuma criança que nasce nos hospitais saia sem ter um registo. Então, nós não estamos tão mal em relação a outros países. Precisamos de mais um esforço, eu diria, de organização, de modo que se possa ter uma identificação única e, nessa base, quando vamos aos serviços públicos, já saibamos quem é quem, para termos os pagamentos diferenciados. Isso também irá certamente servir para as questões do enriquecimento ilícito, etc., etc., etc. Então, devemos todos trabalhar no sentido de acelerar a informatização.

Falando da organização territorial, falando dos distritos, falando da Região Autónoma do Príncipe, dos quadros, estamos de acordo. O Deputado do Príncipe, Conceição Moreno falou e estamos de acordo. Talvez o Orçamento não reflita isso, mas há uma medida que nós tomamos, porque há um problema de mobilidade também dos quadros da Administração, que se encontram sobretudo em Água Grande. Então, tomámos uma medida que é de afastamento, 30 km do seu local habitual de residência, o Estado passa a pagar a renda de casa e 3 meses de salário, para instalação. Porque é que nós fizemos isso? Para exactamente poder reforçar a capacidade das câmaras com quadros que vêm da Administração Central. Muitas vezes, um quadro diz que não quer ir para Caué, não quer ir para Lembá, porque a sua vida está em Água Grande. Então, estamos a dizer, 3 meses de salário, para se instalar, mais a renda de casa no distrito. Eu penso que são pequenas medidas, mas que levarão pouco a pouco a fazer com que a capacidade das câmaras seja reforçada e os autarcas não sejam só elementos políticos, porque foram eleitos e que também no ponto de vista técnico esses autarcas também tenham o suporte para trabalhar melhor em benefício das populações. Isso já existe e é um primeiro passo. Agora, temos que nos esforçar um pouco mais porque, em algumas administração, fazer também a reforma, porque as próprias administrações fizeram normas de imobilidade, quer dizer, não querem sair, então não é possível. Não podemos, e como disse e muito bem,

deixar as câmaras só com a responsabilidade dos lixos. Elas têm que ter a capacidade reforçada a nível das finanças, ao nível da educação, ao nível das infra-estruturas e, então, para isso tudo necessita-se de quadros e é preciso encontrar mecanismos para levar lá os quadros que estão no centro e que no fundo têm que servir a todo o País, incluindo a Região Autónoma do Príncipe.

Quanto à questão do lixo, estamos de acordo, Água Grande é onde produz maior número de lixos e actualmente o Ministério do ambiente está com um projecto de aterro sanitário, na fase de implementação, porque é um projecto que vem já de alguns anos e a urgência é a recolha do lixo. É evidente que o lixo não aparece assim só. Nós é que produzimos lixo e devemos ter alguma responsabilidade também para com o lixo, mas é uma questão de mudança de mentalidade, separação do lixo, etc. e a urgência hoje é a recolha e o aterro sanitário para tirar o lixo da lixeira onde está que, como sabem, traz consequências em matéria de saúde pública. Está em curso.

A questão da informatização vai ajudar evidentemente também em termos de maior transparência no País, mas eu penso que é preciso termos realmente, Deputado Levy Nazaré, muito cuidado com a qualidade da prova e da investigação, porque no nosso país corremos o risco, muitas vezes, da especulação. Essa questão que mencionou dos carros, nós somos um país em que de facto estrangeiros acham que há muitos 4x4 em relação àquilo que pensamos ser a riqueza. O mais rapidamente possível devemos tirar isso ao claro, porque se nós ficarmos na especulação, isso tem vindo a penalizar o nosso país. Não se sabe o porquê, mas fazemos relatórios a dizer que isso é talvez um sinal de branqueamento de capitais, não sei o quê, não sei quanto e o País, ao nível internacional, fica com uma notação negativa. Então, é melhor entrarmos de facto nos detalhes dessas coisas, porque sabemos que há pessoas que às vezes também recebem dinheiro do estrangeiro, mas o dinheiro não vem de uma maneira legal; há pessoas aqui que os bens não lhes pertencem, vem um primo de lá fora que põe um carro para aluguer, para isso ou para aquilo. Quer dizer, a nossa realidade é uma realidade particular, mas nós temos esse hábito, que é bom, de aderirmos a toda uma série de mecanismos internacionais, convenções, etc., etc., mas precisamos de reforçar a investigação, para que de facto não se fique só na aparência e na especulação, o que depois vem prejudicar o próprio País, porque as pessoas não conhecem a realidade dos factos.

Estamos de acordo quanto a divisão administrativa e essas questões todas.

Por fim, dizer uma coisa. Eu entendo e subscrevo que estamos a fazer um trabalho que penso que é útil para toda a gente aqui. Então, por ser um trabalho útil, vou esclarecer. O Gabinete do Primeiro-Ministro, no Orçamento, tem uma série de outras instituições. Temos a SINFOR, o Conselho de Concertação Social, o INIC, a Agência Nacional de Petróleo, a Secretaria-geral da Segurança, a Rádio Nacional, a TVS, a Agência STP-PRESS e a Unidade de Informação Financeira. Por isso, pode parecer que o Gabinete do Primeiro-Ministro tem um orçamento muito grande, mas esse orçamento depois se divide em todas essas instituições.

E quanto aos subsídios, de facto, o Gabinete do Primeiro-Ministro não tem militares, mas aquilo que é a codificação ou a natureza económica da despesa é subsídio para militares. Mas é subsídio para quem? SINFOR, escolta, etc., que são paramilitares, não são militares. É por isso que pode assustar, mas não há militares. E essa rubrica está na DAF, para podermos dar um subsídios a essas forças. Quero só dizer que só a SINFOR são quase 80 pessoas.

Ontem, eu não respondi a uma questão que não é do foro do Assembleia Nacional, que é a inclusão e o preenchimento de uma série de coisas, porque estou cá como Primeiro-Ministro e não como o chefe do ADI. Mas o ADI vai para congresso, o MLSTP vai para congresso e acho que depois do congresso poderemos voltar a ver todas essas questões.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires.

A Sra. **Itelmiza Pires** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Ministros, também quero felicitar por integrar a equipa mais duas senhoras. Os meus parabéns e força.

Depois de ler a Proposta do Orçamento Geral do Estado, cheguei a várias conclusões e quero aqui citar duas que realmente me tocaram bastante.

Sr. Primeiro-Ministro, cheguei à conclusão que a Proposta do Orçamento Geral do Estado tem uma política virada para as famílias vulneráveis.

Também cheguei à conclusão que a Proposta do Orçamento Geral do Estado tem políticas viradas para uma melhor prestação de serviços prestados às nossas populações, em diversos sectores.

Sr. Primeiro-Ministro, quero que o senhor continue com a sua determinação, com sua confiança, com a sua garra, com a sua firmeza, perspectivando sempre o positivo para São Tomé e Príncipe.

E já agora, quero aqui aproveitar a oportunidade para felicitar o XVI Governo chefiada pela Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro Dr. Emery Patrice Trovoada, pelo acordo feito com o Banco Mundial para a construção da Estrada Nacional n.º 1, que liga a Cidade Capital à Cidade de Guadalupe.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

Quero aqui também, com relação às estradas, apelar ao Governo para a reabilitação das vias rurais, de modo que os nossos pequenos agricultores possam fazer escoamento dos seus produtos aos nossos mercados.

Depois, também quero aqui fazer um alerta aos nossos camaradas. Atentos!

Falando de viagens, creio que os senhores têm memória curta ou estão a sofrer de uma doença que não vamos aqui citar o nome. Os senhores não têm memória suficiente para falar de viagens, porque se fosse contado o número de viagens feitas pelos senhores, vocês não teriam coragem de falar de viagens aqui. Então, vocês não são exemplos para falar de viagem. É melhor parar com a situação de viagens, porque vocês nunca foram exemplos em termos de viagem.

Obrigada.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/SD): — Vocês?

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, boa tarde.

Ontem, tive a minha intervenção ao nível das despesas e hoje vou focar mais no lado das receitas, mas me permitam apenas fazer duas notas introdutórias.

Primeiro, para dizer que realmente, sim, ontem houve um desfasamento na questão dos números. Eu estava com o chipe virado para a antiga dobra, mas reafirmo a proposta de ontem e vou fazê-la em sede da especialidade, no sentido de se cortar as despesas gordas nas viagens, combustíveis e comunicação.

E também fazer um preciosismo aqui à intervenção do Sr. Ministro das Finanças. Eu não disse ontem que devíamos esquecer o passado. O que eu disse é que não devíamos estar sistematicamente a socorrer-nos do passado para justificar algumas incapacidades do presente. Só isso. O passado tem que ser lembrado, sim, e muitas vezes.

Entrando agora na questão das receitas, nomeadamente vou para o artigo 6.º da Proposta de Lei do OGE 2024, financiamento interno. Pedir alguns esclarecimento aqui, nomeadamente ao Sr. Ministro das Finanças, que é a questão dos bilhetes do tesouro. É uma prática antiga, o Estado recorre a essa ferramenta financeira para financiar algum défice temporário de tesouraria, e eu fui pesquisar os relatórios do Banco Central – abro parentes aqui para elogiar o serviço do Banco Central no que tange ao registo e divulgação de dados macroeconómico, é das poucas instituições que trabalham a sério e tem os dados atualizados, o que é muito bom, uma nota ao Banco Central – então eu verifiquei que no ano passado foram emitidas por três vezes bilhetes de tesouro e que nos anos transatos as taxas eram mais baixas, estamos a falar em taxas de 2, 3% até 2012, mas de lá para cá as taxas estão acima de 5%. No ano passado começou em 5.2%, em Fevereiro, e a última em Novembro, e já se chegou a 5.96%. Somando àquilo que foi alocado ao mercado, dá uma taxa de juro total, contabilizando, uma média de 5%, e temos a pagar este ano 57 milhões de euros ou dólares como juros, por causa dos bilhetes de tesouro. Das seis emissões do ano passado, está no relatório do Banco Central o que dá mais ou menos 57 milhões de dobrás, o que dá € 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil euros). Este que é o rácio certo.

E também verifiquei que este ano houve já uma primeira emissão ou uma primeira tentativa, em 30 de Janeiro, em que foi colocado no mercado 250 milhões de dobrás e só houve uma procura de 24 milhões de dobrás, menos de 10%. Não sei se correu alguma coisa mal, tanto é que o Governo teve que voltar a fazer

uma emissão extraordinária e ocorreu que ontem, pelo menos o relatório tem a data de ontem, colocou à disposição 230 milhões e houve então a procura de 230 milhões de dobras, em que há uma taxa média de 5.7.

Sr. Ministro das Finanças, entendo perfeitamente que o Governo tem que meter mãos a esses tipos de ferramentas, mas gostaria de saber se, a longo prazo, é sustentável estarmos recorrentemente neste processo, porque as taxas estão cada vez mais altas, há cada vez menos procura e também sobretudo os bancos comerciais, que são entidades financeiras que normalmente aderem a esse processo, podem ficar demasiadamente expostos aos bilhetes de tesouro e eventualmente com pouca capacidade de financiar a economia, atendendo sobretudo à reserva mínima de caixa de 28% que têm que ter junto ao Banco Central. Portanto, a pergunta é se é viável, a médio ou longo prazos, continuarmos neste sistema, até porque, segundo o calendário do Ministério das Finanças, para este ano, estão previstas mais seis emissões de bilhetes de tesouro e uma de obrigações de tesouro, até o final do ano 2024.

A segunda questão tem a ver com o imposto especial sobre rendimento de pessoa singular. Nós temos o IRS e o Governo criou no ano passado o imposto especial sobre rendimento de pessoa singular (IERS). Na altura supostamente seria, como o nome diz, um imposto especial temporário, mas volta a estar incluído este ano no Orçamento Geral do Estado. Os mapas de execução orçamental do ano passado não fazem nenhuma referência a quanto é que se arrecadou com este imposto. Mesmo para este ano também não há nenhuma previsão de arrecadação desse imposto. Não sei se está incluído no IRS, acredito que o novo escalão de IRS 30% pode estar dentro do IRS, mas o IRS é um imposto novo, não devia estar numa tabela a parte. É para se perceber se realmente teve algum impacto em termos de cobrança de receitas fiscais ou não, se vale a pena continuar, mais 1 ano, a sacrificar aqueles que ganham acima de 50 000 dobras por mês e, no fundo, são parte da classe média, que já está muito sobrecarregada.

E por fim, em relação ao IVA, no ano passado, até Setembro de 2023, arrecadou-se cerca de 155 milhões e havia previsão, até final do ano, desse valor chegar a 280 milhões e para este ano há uma previsão de mais do que o dobro.

No ano passado, começou a ser implementado em Junho 7 meses de implementação e este ano vai ser o ano todo e a previsão de arrecadação são de 615 milhões de dobras. Mas o Governo também, desde Dezembro do ano passado, através do Decreto 14/23, aprovou uma nova pauta aduaneira, em que está isento uma série de produtos que antes tinham o IVA de 7,5% e outros tinham o IVA de 15%, nomeadamente a questão da ração, insumos agrícolas e alguns produtos da cesta básica. Será que essa previsão, atendendo a este factor, não é demasiado otimista? Tirando esta parte e considerando que mais de 50% da cobrança do IVA feita na altura da importação, havendo essa isenção ou diminuição dos produtos da cesta básica e também na ração e insumos agrícolas, não será demasiado otimista, mesmo assim, o Governo prever mais do dobro para este ano económico?

Portanto, são essas três questões que eu gostaria de pedir algum esclarecimento por parte do Sr. Ministro das Finanças.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Obrigado Sra. Presidente.

Começando pelo Sr. Deputado Wuando Castro, eu acho que o Sr. Deputado tem boa disposição para tomar notas.

Falando sobre bilhetes de tesouro, a sustentabilidade do processo, repare que o bilhete de tesouro serve para financiar o défice temporário de tesouraria e, portanto, desde que iniciamos esse processo não temos tido problemas.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — O juro está a crescer. O dinheiro está caro.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Sim, é o custo do dinheiro e quem vai ao mercado deve pagar o preço. Enquanto for necessário, vamos ter que continuar a usar esse instrumento, para de certa forma conseguir implementar as acções previstas no Orçamento Geral do Estado. Isso para dizer que a sustentabilidade não está comprometida, embora as estatísticas demonstrem uma tendência de aumento da taxa de juro, comparativamente. Essa taxa de juro é assim hoje por causa do monopólio. O instrumento é

único, é limitado e as instituições financeiras também aproveitam dessa situação, porque não há outro caminho por onde ir. Mas para garantir que em termos de sustentabilidade isto está salvaguardado.

Referiu ao imposto especial sobre rendimento, é temporário, enquanto perdurar a situação que o exige, por isso repete-se no Orçamento de 2024, e há de repetir-se em 2025.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Já está definitivo.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Não. Enquanto for necessário, vamos continuar a aplicar esse imposto e responder que, sim, a sua contabilização está inserida no IRS. Podemos tentar detalhar e separar, para ver efectivamente qual é o montante, mas está contabilizada ao nível do IRS. A revisão que se fez ao IVA, que entrou em vigor em Dezembro, na verdade já tinha sido contabilizada antes e, por isso, não há nenhuma questão de discrepância. Tivemos 6 meses de implementação...

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sete.

O Sr. O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Não. Tivemos 6 meses de implementação no ano 2023...

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Junho.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Sim, 6 meses e é natural que, tendo o ano completo, tenhamos o valor duplicado. Portanto, percebo a sua preocupação neste ponto, mas ela contrasta com aquela de que o poder de compra, o custo de vida...

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Estou a perguntar por causa das isenções.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Exactamente. A isenção foi dada precisamente para salvaguardar o poder de compra da população, o aumento do custo de vida que havia quando o Governo entrou em funções. Mas isso está salvaguardado. Esta previsão está consistente e com a projeção que fora feita não há questões de maior.

E gostaria de aproveitar, uma vez mais, para responder à questão do engenheiro Gabdulo, dizendo que nós não viemos cá para marcar pontos. Quando me referi à questão de emergência, o senhor veio destorcer a minha explicação. Emergência tem prazos. Emergência foi no final de 2021, quando houve as enxurradas e depois em Abril de 2022, o segundo episódio. Os recursos foram ativados em termos do SERK, por causa exatamente da emergência. E o senhor, pela responsabilidade que tinha na circunstância, creio que, por uma questão de coerência, não devia vir aqui levantar esse problema. Porque a implementação efectiva da obra devia ter iniciado em 2022. Com base na emergência, tinha-se inclusivamente acertado com o parceiro a posição de fazer-se adjudicação directa às empresas que já estavam a operar no terreno, mas por falha do serviço que o senhor coordenava esse processo não foi possível.

Por isso, não devemos vir aqui para marcar ponto, dizer alguma coisa e sair.

Murmúrios do ADI.

Vozes do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — É esta a questão.

Vir aqui dizer que eu não considero isso emergência e, por isso, a ponte continua em baixo, não! Por amor de Deus, Sr. Deputado. Não foi isso que eu disse. A emergência tem prazo. E neste momento, porque o prazo de emergência quase que expirou, tem-se agora que trabalhar os documentos, numa lógica de lançamento do concurso, quando deveria ter sido feita por ajuste directo, naquela ocasião.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente!

Sr. Ministro, não precisamos de palco para marcar ponto. Eu sou daquelas pessoas que cada passo é um fleche, tá bem! Eu estou a fazer o meu trabalho. Estou a ajudar o Governo a resolver este problema, porque o problema das pontes realmente é um problema que existe há muito tempo. Estou disponível para trabalhar e ajudar o Governo, porque me parece que tem alguma dificuldade.

Quero lembrar ao Sr. Ministro que o serviço que era dirigido por mim tinha um consultor, não sei se lembra desse consultor. Eu não gosto de falar de finados, que felizmente não está mais no Governo. Ele era coordenador do projecto. Todas acções referentes ao SERK, eu até gostaria que estivesse aqui o representante do Banco Mundial, para falarmos sobre isso. O senhor sabe. Todos os projectos referentes ao SERK estavam sob a coordenação desse coordenador, que atrasou o processo. Portanto, não dependia necessariamente do serviço. O serviço era beneficiário do projecto. Não dependia do serviço dirigir ou executar imediatamente. Se fosse do serviço, já o teríamos feito. Inclusive, nós é que encontramos esse mecanismo de ajuste directo, para que as empresas locais fizessem essas execuções. E na altura já se falava inclusive de nós elaborarmos o termo de referência para essas empresas e elaborarmos o termo de referência para a fiscalização. Na altura se falava sobre isso e já se tinha encontrado, sim, esses dois agentes para a respetiva execução. Tanto mais que já tínhamos informado o coordenador desse procedimento. Quem atrasou o processo foi o coordenador, e o senhor sabe disso. Não é o dirigente do serviço.

Portanto, não estamos aqui para desinformar. É nossa intenção, sim, que a coisa se resolva, que essas obras sejam executadas o mais rapidamente possível, porque há comunidades que estão isoladas e que precisam ser ligadas a resto do País.

E digo-lhe mais, quando encontramos essa forma de procedimento, o TTL do projecto e o coordenador, pura e simplesmente, engavetaram isso. Mas o actual assumiu as suas responsabilidades, quase 6 meses depois disso, porque isso aconteceu em Dezembro e a verba estava disponível em Maio, e o Governo assumiu as funções em Novembro. De lá para cá é que eu acho que houve alguma dificuldade em resolver este problema. Porque a verba está aí, o procedimento está disponível, só faltava arrancarmos efetivamente com as execuções a partir dos procedimentos de lançamento do concurso. Aliás, não era preciso o engajamento directo das empresas e da fiscalização.

Portanto, não estamos aqui para marcar ponto, Sr. Ministro.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Tem que ser constante.

A Sra. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, estando a aproximar-se a hora do nosso intervalo e tendo em conta que só nos falta a parte das declarações e da votação, vamos fazê-lo em seguida e assim que terminarmos tudo saímos já de uma vez.

Antes de submeter as Propostas de Lei à votação, eu gostaria de agradecer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas pela forma ordeira em que participaram no debate do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano.

Agradecer também o Governo pelos esclarecimentos necessários prestados e lamentar uma ou outra situação, porque no nosso crioulo se diz: «*plôvia di uwa vunvu ku môdê San Pedu manda tudaxi ka paga clupa*». Mas de uma forma em geral correu muito bem.

Com relação a segurança, meus caros e ninhas caras, desafio a todos a reverem o Regimento, porque o mesmo dá direito à Presidente ou quem estiver a presidir a Assembleia para tomar as medidas de segurança que julgar conveniente. Se não for o caso, podemos estudar a situação e podemos mudar. Somos legisladores por excelência e podemos fazê-lo. Mas dizer também que os deputados não podem ser revistos, é mentira. Nós que já passamos de outros parlamentos, mesmo desde a entrada, há uma série de controlo que se faz. Se aqui nós não quisermos, está nas nossas mãos.

Peço desculpa e lamento também, eventualmente pode ter havido algum exagero, que é do ser humano.

De uma forma geral, é tudo quanto eu tenho a dizer com relação a este debate de 2 dias, que foi muito produtivo.

Agora é o momento para submetermos as Propostas de Lei à votação.

Uma voz: — Vota-se antes das declarações?

A Sra. **Presidente**: — Vota-se antes das declarações.

Uma voz: — Artigo 209.º.

A Sra. **Presidente**: — Primeiro declara-se e depois se vota?

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Página 102, artigo 209.º ponto 3.

A Sra. **Presidente**: — Vamos ler os pontos todos do artigo 209.º, debate na generalidade.

«1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o desposto no artigo 158.º». É com relação ao tempo e por aí fora.

«2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem direito a produzir uma declaração sobre a proposta de lei.» Eu interpretei este ponto que antes do encerramento não quer dizer antes das votações. Eu interpretei assim. Era nessa perspectiva. Mas pronto.

Artigo 210.º, votação na generalidade.

«No termo do debate são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. Isso estaria assegurado. Não é o caso.

Uma voz: — Qual é o problema?

A Sra. **Presidente**: — Se tiver que ser esclarecido, esclareçamos.

Então estamos todos de acordo que se faça declarações e depois a votação? Se estivermos todos de acordo, não há problema.

Líderes, assim vai ser?

Então, peço ao menor grupo parlamentar para fazer a declaração sobre estas duas Propostas de Lei.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Colegas Deputadas e Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Técnicos e Povo de São Tomé e Príncipe.

A Coligação MCI/PS-PUN irá votar a favor desta Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, porque somos um partido com responsabilidades. Pretendemos que ninguém fique de fora e nem fique atrás.

Vamos votar a favor deste Orçamento, porque é um Orçamento que vai continuar a apoiar principalmente no pilar social, pessoas com deficiências, famílias vulneráveis, empresas, crianças, jovens e idosos. Vai ajudar também na melhoria da educação, da saúde e da segurança.

Somos uma oposição que tem noção do bem comum.

Infelizmente vemos algumas pessoas ainda reticentes, o que muitas vezes mostra falta de amor a este povo e a este país.

Temos que nos ajuntar pela causa de São Tomé e Príncipe, que é o desenvolvimento. Este é o momento que o povo precisa para a nossa união, uma união de todos, mas sem hipocrisia.

Vamos votar este Orçamento e dizer que, como Deputados, a minha Bancada estará atenta, para ver se na realidade o que nós aqui aprovamos foi feito para o bem do povo de São Tomé e Príncipe. Iremos fazer os nossos trabalhos de fiscalização, iremos fazer o trabalho de acompanhamento e também dar a nossa opinião, fazendo o que a lei confere nós como Deputados.

Não alongando mais, quero aqui agradecer ao povo de São Tomé e Príncipe por me ter escutado e desejar uma boa saúde a todos. Segundo a OMS, saúde não é só ausência de doença. A Saúde está composta por n serviços.

Que este XVIII Governo faça com que a Saúde seja na realidade uma Saúde com cabeça, tronco e membros.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Neves.

O Sr. **Danilo Neves** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, só um aparte.

Em 2018, o programa com Fundo não estava assinado. Foi assinado em 2019, já com uma aturada negociação. Só para esclarecer, porque deixou aqui uma explicação de que o programa foi assinado em 2018, mas não foi. Havia a tal situação das dívidas, mas enfim.

Sr. Primeiro-Ministro, terminamos um processo, uma parte da nossa actividade. Discutimos na generalidade as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado.

Esgrimimos os nossos argumentos, manifestamos as nossas posições e deixamos claro o que pensamos e o que não pensamos.

Infelizmente a não assinatura de programa com o Fundo vai dificultar-nos. Apelamos ao Governo para que continue a envidar esforços, para que rapidamente consigamos chegar a este entendimento.

No Programa do OGE e das GOP três pilares suportam o crescimento de 2.9: agropecuário, turismo e o sector de serviços.

Por não vermos de forma clara no OGE medidas que sustentem esses três indicadores, esses três pilares, porque achamos que este Orçamento não é realista, mas pensando em São Tomé e Príncipe, o MLSTP/PSD, sendo um partido responsável, vai abster-se, dando benefícios de dúvidas ao Governo.

Nós temos uma série de dúvidas com relação a fontes de financiamento, mas respeitamos e vamos evoluir. Em momento próprio, a fiscalização da nossa parte andarà.

Mas um apelo, Sr. Primeiro-Ministro, espero que doravante os pedidos de informação que o MLSTP fizer de facto sejam respondidos.

Sr. Ministro das Finanças, estamos à espera do processo do Afreximbank, que é um dos pedidos que fizemos, mas que até hoje não tivemos respostas.

Muito obrigado.

Aplausos de MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, já que o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD fez uma ressalva que ele chamou de aparte, eu gostaria também, já agora, de dizer que de facto o nosso debate começou muito bem, mas já na parte final ia se estragando, mas felizmente terminou bem.

Esse aparte era para exactamente dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que os são-tomenses estão todos atentos. Eu ouvi aqui uma intervenção, dizendo que o Sr. Primeiro-Ministro tem que trabalhar, mas as pessoas atentas sabem que o senhor está a trabalhar, e trabalhar até demais. Está a esforçar-se bastante, está a trabalhar e a trabalhar mesmo muito, prova disso é que nós temos a situação energética, o salário que sai mais ou menos à hora, quer dizer, as coisas estão a melhorar progressivamente.

É só esse aparte que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Chegamos ao fim de mais um debate do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, um exercício que, na nossa opinião, decorreu com grande nível de elevação.

Atendendo à situação sócio-económico do País e do mundo, podemos afirmar que o Governo, com este Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano, define políticas orçamentais cautelosas, ponderadas e responsáveis, mas sempre consciente das necessidades de garantir o reforço do rendimento das famílias e o almejado crescimento económico, que possa garantir o bem-estar de todos e de cada um.

Reiteramos aqui, Sra. Presidente e o Governo, o nosso ensejo para que o Governo continue o diálogo para a conclusão do acordo com o FMI.

O voto favorável do Grupo Parlamentar do ADI reflete-se no alinhamento entre a visão do Programa do Governo, das Grandes Opções do Plano, bem como do Orçamento Geral do Estado. Embora o ano 2024 se apresente com enorme desafios, estamos convictos de que com a dinâmica deste Governo as soluções possíveis concorrerão para o bem-estar de todos.

Um bem haja a todos!

Muito obrigado pela vossa atenção!

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer o encerramento do debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, estava um bocadinho confuso e não sabia se devia intervir depois da votação, mas evidentemente nos submetemos às regras da Assembleia. Por isso, a vossa indulgência, se as minhas notas não estão completas.

Mas tendo sido já informado da orientação dos votos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todas e todos Deputados, pela qualidade do debate que tivemos nestes últimos 2 dias sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral da Estado para 2024.

Gostaria, por conseguinte, de agradecer à Bancada do MLSTP/PSD, por nos ter dado pelo menos o benefício da dúvida. Entendemos que isso é também uma responsabilidade acrescida para o Governo e levaremos isso em consideração na execução deste Orçamento para 2024.

Gostaríamos de agradecer o voto favorável da Bancada do MCI/PS-PUN, tomamos nota também da postura de acompanhamento, apoio, mas de vigilância também quanto à execução do Orçamento e penso que a atitude do ADI não será diferente, de apoio, mas também de acompanhamento, de aconselhamentos.

O que assistimos hoje de todos os Deputados são contribuições e eu creio que a Nação sai a ganhar, quando temos um debate desse, com a elevação que teve e com as contribuições que tivemos.

Daí que o Governo sai deste debate na generalidade, não com satisfação, mas com um grande sentido de responsabilidade.

E eu quero dizer a todos os Deputados aqui que não é por falta de trabalho. O Governo sabe que a tarefa é enorme, mas sai mais confortado se de facto temos aqui um espírito de contribuição, com ideias próprias, com objectivos estratégicos próprios, mas sobretudo contribuição para melhoria da situação do País.

Tomamos nota também da questão do acordo com o FMI, mas, se me permitem, o FMI é o FMI e nós somos nós. Mesmo se o FMI, muitas vezes, manda cábulas à responsável da nossa Administração, para tentar fazer o seu lóbi, o FMI é o FMI e nós somos nós.

Como eu disse no início, aquilo que o FMI apresenta de bom para o País, nós pegamos e aplicamos. Aquilo que o FMI apresenta que nos parece muito penoso para o nosso país, nós dizemos não e apresentamos alternativas. Porque o FMI está com muitos países e países diversos. A Argentina, por exemplo, é um país diverso, outros países que não vou aqui citar são países diversos e muitas vezes com um rácio de governação e de corrupção muito pior que o nosso, mas beneficiam, muitas vezes, de mais apoio e compreensão do que nós próprios. Então, cada país é um país. Nós não temos vários países, só temos São Tomé e Príncipe, e nós temos que saber que a solução dos nossos problemas começa por nós.

Aplausos do ADI.

Então, havemos sim que fazer tudo e trabalhar para chegarmos a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas não a qualquer preço. Nós encontraremos uma solução e, como eu digo, estamos a trabalhar com o FMI para encontrarmos essa solução, mas não a qualquer preço, porque ao fim e ao cabo não foi o FMI que votou em nós, é o povo que votou em nós, e temos que olhar para este povo.

Daí que eu espero que acordo ou não acordo com o FMI não seja matéria de debate político, mas que seja, mais uma vez, um debate sobre aquilo que podemos fazer para resolver o problema do País, com o FMI e com todos os parceiros, desde que sirva os interesses do nosso povo.

O País tem problemas de curto prazo, tem problemas de médio prazo e tem problemas de longo prazo. O curto prazo não pode matar o médio prazo nem o longo prazo. Nós devemos estar de acordo, nós devemos encontrar os maiores consensos possíveis sobre o longo prazo, mas devemos ter muito cuidado para que as medidas de curto prazo impostas pelos parceiros não cheguem ao ponto de quebrar a coesão social. Porque uma vez a coesão social quebrada, não são eles que virão concertar, somos nós.

Daí que, não há dúvida, iremos continuar a trabalhar com o FMI, mas sobretudo, o que eu prefiro é que os são-tomenses trabalhem entre si, com contribuição, com posição, mas sobretudo com muita união, em função dos objectivos e do bem-estar do povo.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Agora sim, vamos passar à fase da votação. Vamos submeter à votação, na generalidade, primeiramente as Grandes Opções do Plano e posteriormente o Orçamento Geral do Estado.

Estamos Sala 55 deputados.

as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2024 é a Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª /2024.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor do ADI, 5 do MCI/PS-PUN, 18 abstenções do MLSTP/PSD e 2 abstenções do Movimento BASTA, sendo 35 votos a favor e 20 abstenções.

De seguida, vamos submeter à votação, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado, que é a Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2024, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024.

Submetida à votação, foi aprovada com 35 votos a favor e 20 abstenções.

Uma voz do ADI: — *Zentxi sa lisu!*

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Só nos resta agradecer a todos e a todas que nos acompanharam e que estiveram connosco nestes exercícios.

Para dizer que eu vou agora ao meu gabinete despachar as duas Propostas de Lei, para serem trabalhadas na especialidade no fórum da 2.ª Comissão.

Termino assim esta sessão.

Eram 13 horas e 30 minutos.